

# Demonstrações contábeis

2020

## SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO.....	8
NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS.....	9
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	10
NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	12
NOTA 4 - MUDANÇAS DE POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	22
NOTA 5 - GESTÃO DE RISCO.....	24
NOTA 6 - RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES .....	27
NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	28
NOTA 8 - APLICAÇÕES - VJORA .....	29
NOTA 9 - CONTAS A RECEBER.....	30
NOTA 10 - ESTOQUES .....	31
NOTA 11 - OUTROS VALORES E BENS .....	31
NOTA 12 - ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA .....	37
NOTA 13 - INVESTIMENTOS.....	37
NOTA 14 - IMOBILIZADO .....	38
NOTA 15 - INTANGÍVEL .....	39
NOTA 16 - PASSIVO.....	40
NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	60
NOTA 18 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	62
NOTA 19 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO .....	66
NOTA 20 - SEGURO DOS BENS.....	68
NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS .....	69
NOTA 22 - OUTRAS INFORMAÇÕES .....	70
NOTA 23 - EVENTOS SUBSEQUENTES.....	70

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	NOTA	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
<b>Circulante</b>		<b>3.655.642</b>	<b>3.567.413</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>7</u>	572.954	538.434
Aplicações - VJORA	<u>8</u>	10.565	-
Contas a receber	<u>9</u>	2.785.516	2.585.221
Estoques	<u>10</u>	46.706	27.085
Outros valores e bens		239.901	260.843
Convênio Postal Saúde	<u>11.1</u>	1.217	1.296
Adiantamento de pessoal	<u>11.2</u>	43.985	89.076
Impostos e encargos sociais a compensar	<u>11.4</u>	134.071	128.045
Cobrança jurídica/inadimplência	<u>11.5</u>	4.358	13.567
Outros créditos	<u>11.6</u>	56.270	28.859
Ativos classificados como mantidos para venda - Imóveis	<u>12</u>	-	155.830
<b>Não circulante</b>		<b>10.435.075</b>	<b>10.768.072</b>
Realizável a longo prazo		2.404.834	2.688.274
Aplicações	<u>7</u>	6.072	8.591
Aplicações VJORA	<u>8</u>	-	11.493
Tributos diferidos	<u>19.1.1</u>	887.363	466.370
Depósitos judiciais, recursais e administrativos	<u>11.11</u>	120.643	120.854
Tributos a compensar	<u>11.12</u>	1.286.042	1.974.278
Convênio Postal Saúde	<u>11.1</u>	100.000	100.000
Outros	<u>11.13</u>	4.714	6.688
Investimentos		1.006.185	551.885
Propriedades para investimento	<u>13.1</u>	1.005.125	550.893
Museu	<u>13.2</u>	1.060	992
Imobilizado	<u>14</u>	6.987.585	7.476.642
Imóveis		3.850.529	4.775.478
Móveis		1.503.080	1.384.800
Arrendamento - imóveis e benfeitorias	<u>14.1</u>	1.631.917	1.316.364
Arrendamento - móveis	<u>14.1</u>	2.059	-
Intangível	<u>15</u>	36.471	51.271
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>14.090.717</b>	<b>14.335.485</b>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	NOTA	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
<b>Circulante</b>		<b>4.276.674</b>	<b>4.587.220</b>
Fornecedores	<a href="#">16.1</a>	989.353	996.343
Salários e consignações	<a href="#">16.2</a>	989.835	1.214.606
Encargos sociais	<a href="#">16.3</a>	243.878	249.105
Impostos e contribuições	<a href="#">16.4</a>	186.149	151.580
Arrecadações e recebimentos	<a href="#">16.5</a>	44.821	36.798
Adiantamentos de clientes	<a href="#">16.6</a>	10.766	6.863
Contas internacionais	<a href="#">16.7</a>	112.181	87.877
Precatórios	<a href="#">16.8</a>	188.763	151.365
Empréstimos e financiamentos	<a href="#">16.9</a>	266.107	181.694
Receitas a apropriar	<a href="#">16.10</a>	36.630	29.362
Benefício pós-emprego	<a href="#">16.13.1</a>	508.939	474.819
Convênio Postal Saúde	<a href="#">16.11</a>	158.305	547.637
Obrigações trabalhistas	<a href="#">16.15</a>	176.781	170.550
Arrendamento	<a href="#">14.1.1</a>	310.414	241.098
Outros créditos	<a href="#">16.12</a>	53.752	34.603
Passivos associados a ativos mantidos para venda - Tributos diferidos	<a href="#">19.1.2</a>	-	12.920
<b>Não circulante</b>		<b>8.864.303</b>	<b>9.601.421</b>
Empréstimos e financiamentos	<a href="#">16.9</a>	30.379	181.694
Benefício pós-emprego	<a href="#">16.13.1</a>	5.727.784	6.650.803
Tributos diferidos	<a href="#">19.1.2</a>	407.531	444.770
Precatórios	<a href="#">16.8</a>	22.864	52.370
Obrigações trabalhistas	<a href="#">16.15</a>	623.950	772.306
Arrendamento	<a href="#">14.1.1</a>	1.406.936	1.099.482
Provisões para contingências	<a href="#">16.14</a>	643.024	395.753
Outros	<a href="#">16.16</a>	1.835	4.243
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>949.740</b>	<b>146.844</b>
Capital	<a href="#">17.1</a>	3.382.514	3.382.514
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	<a href="#">17.2</a>	20.944	20.944
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	<a href="#">17.3</a>	3.341.213	4.237.900
Outros Resultados Abrangentes - ORA	<a href="#">17.4</a>	(4.935.749)	(5.082.140)
Prejuízos acumulados	<a href="#">17.5</a>	(859.182)	(2.412.374)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>14.090.717</b>	<b>14.335.485</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
**R\$ MILHARES**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

CNPJ 34.028.316/0001-03

	NOTA	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
Receita líquida de vendas e serviços	<a href="#">18.1</a>	17.249.050	18.356.077
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<a href="#">18.2</a>	(13.968.118)	(15.641.805)
<b>Lucro bruto</b>		<b>3.280.932</b>	<b>2.714.272</b>
Despesas com vendas/serviços	<a href="#">18.3</a>	(239.292)	(122.887)
Despesas gerais e administrativas	<a href="#">18.4</a>	(2.727.903)	(2.738.554)
Resultado de participação em controlada	<a href="#">18.5</a>	-	(9.190)
Outras receitas operacionais	<a href="#">18.6</a>	1.412.653	357.884
Outras despesas operacionais	<a href="#">18.7</a>	(713.681)	(10.170)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>1.012.709</b>	<b>191.355</b>
Receitas financeiras	<a href="#">18.8</a>	665.758	387.517
Despesas financeiras	<a href="#">18.9</a>	(510.229)	(466.619)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>155.529</b>	<b>(79.102)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>1.168.238</b>	<b>112.253</b>
Tributos sobre o lucro	<a href="#">19</a>	362.138	(10.132)
Correntes		(34.642)	(12.576)
Diferidos		396.780	2.444
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>1.530.376</b>	<b>102.121</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

CNPJ 34.028.316/0001-03

	31/12/20	31/12/19
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1.530.376</b>	<b>102.121</b>
Itens que não serão reclassificados para o resultado	146.391	6.337
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	(153.750)	2.244
CSLL diferida - pós-emprego	13.809	4.498
Investimentos patrimoniais VJORA - variação valor justo	(29.192)	(405)
CSLL diferida - valor justo - investimentos	2.628	-
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	343.842	-
CSLL diferida - ganho - propriedades para investimento	(30.946)	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>	<b>1.676.767</b>	<b>108.458</b>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	CAPITAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	TOTAL
<b>SALDO EM 31/12/18</b>	<b>3.222.700</b>	<b>180.758</b>	<b>(2.540.454)</b>	<b>(4.984.061)</b>	<b>4.375.771</b>	<b>254.714</b>
Capitalização de recurso	159.814	(159.814)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	102.121	-	-	102.121
Realização do custo atribuído	-	-	25.959	-	(25.959)	-
CSLL Diferida	-	-	-	-	2.049	2.049
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(125.232)	(125.232)
CSLL Diferida	-	-	-	-	11.271	11.271
Benefício pós-emprego	-	-	-	(104.416)	-	(104.416)
CSLL Diferida	-	-	-	2.244	-	2.244
Investimentos - VJORA	-	-	-	4.498	-	4.498
CSLL Diferida	-	-	-	(405)	-	(405)
<b>SALDO EM 31/12/19</b>	<b>3.382.514</b>	<b>20.944</b>	<b>(2.412.374)</b>	<b>(5.082.140)</b>	<b>4.237.900</b>	<b>146.844</b>
Resultado do exercício	-	-	1.530.376	-	-	1.530.376
Realização do custo atribuído	-	-	24.870	-	(24.870)	-
CSLL diferida	-	-	-	-	2.238	2.238
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(794.371)	(794.371)
CSLL diferida	-	-	-	-	71.488	71.488
Benefício pós-emprego	-	-	-	(153.750)	-	(153.750)
CSLL diferida	-	-	-	13.809	-	13.809
Investimentos - VJORA	-	-	-	(29.192)	-	(29.192)
CSLL diferida	-	-	-	2.628	-	2.628
<b>Adoção inicial - valor justo - propriedades para investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.054)</b>	<b>312.896</b>	<b>(151.172)</b>	<b>159.670</b>
Ganho	-	-	-	343.842	-	343.842
CSLL diferida	-	-	-	(30.946)	-	(30.946)
Perda	-	-	(2.257)	-	(166.123)	(168.380)
CSLL diferida	-	-	203	-	14.951	15.154
<b>SALDO EM 31/12/20</b>	<b>3.382.514</b>	<b>20.944</b>	<b>(859.182)</b>	<b>(4.935.749)</b>	<b>3.341.213</b>	<b>949.740</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
**R\$ MILHARES**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

CNPJ 34.028.316/0001-03

	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro do período</b>	<b>1.530.376</b>	<b>102.121</b>
<b>Itens do resultado que não afetam o caixa</b>	<b>(672.018)</b>	<b>361.612</b>
Depreciação e amortização	442.259	483.795
Resultado de participação em controlada	-	9.190
Provisões	(1.079.446)	(13.334)
Despesas de variação patrimonial e perdas	50.170	15.165
Receita de variação patrimonial	(71.202)	(71.812)
Atualização de créditos tributários - imunidade tributária e Banco Postal	(17.460)	(63.949)
Resultado da alienação de bens	3.661	2.557
<b>Mutações patrimoniais</b>	<b>(95.269)</b>	<b>(358.833)</b>
Contas a receber	(200.295)	(157.244)
Estoques	(19.621)	6.471
Outros valores e bens	92.143	125.903
Bens de direito de uso	154.983	118.235
Realizável a longo prazo	298.382	(59.392)
Fornecedores	(6.990)	27.762
Salários e consignações	(224.771)	(92.380)
Encargos sociais	(5.227)	(16.734)
Impostos e contribuições	34.569	(2.496)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD/PDI	(142.125)	(96.875)
Obrigações financeiras a pagar	-	(334.287)
Convênio Postal Saúde	(389.331)	166.683
Outras	313.014	(44.479)
<b>Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais</b>	<b>763.089</b>	<b>104.900</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimento de desinvestimento em controlada		24.568
Aplicações financeiras	(8.046)	315.706
Adições - ativo imobilizado	(317.287)	(319.113)
Adições - ativo intangível	(17.931)	(17.787)
Adições - propriedades para investimento	(913)	-
Adições - mantidos para venda	(243)	-
Baixas - ativo imobilizado	18.352	38.850
Baixas - propriedades para investimento	512	495
Baixas - mantidos para venda	1.768	1.998
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(323.788)</b>	<b>44.717</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos	250.000	-
Empréstimos e financiamentos - Principal	(322.917)	(187.500)
Empréstimos e financiamentos - Juros	(22.558)	(34.950)
Bens direito de uso - Principal	(208.489)	(150.072)
Bens direito de uso - Juros	(100.817)	(70.779)
<b>Caixa originado nas atividades de financiamento</b>	<b>(404.781)</b>	<b>(443.301)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>34.520</b>	<b>(293.684)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do	538.434	832.118
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	572.954	538.434

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
I - Geração do valor adicionado		
1 - Receitas	19.231.542	19.402.465
1.1 - Receitas operacionais	17.945.004	19.079.021
1.2 - Perda/reversão de crédito de liquidação duvidosa	(126.115)	(34.440)
1.3 - Outras receitas operacionais	1.412.653	357.884
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(6.060.427)	(5.493.840)
2.1 - Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(5.378.094)	(5.291.924)
2.2 - Serviços adquiridos de terceiros	(11.760)	(26.773)
2.3 - Provisões diversas	(670.573)	(175.143)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	13.171.115	13.908.625
4 - Retenções	(442.259)	(483.795)
4.1 - Depreciação/amortização	(442.259)	(483.795)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)	12.728.856	13.424.830
6 - Valor adicionado recebido em transferência	665.758	378.327
6.1 - Resultado de participação em controlada	-	(9.190)
6.2 - Receitas financeiras	665.758	387.517
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>13.394.614</b>	<b>13.803.157</b>
II - Distribuição do valor adicionado		
7 - Pessoal	8.837.597	10.624.426
7.1 - Salários, honorários e benefícios	8.272.784	10.041.800
7.2 - Encargos sociais	564.813	582.626
8 - Remuneração do governo	2.139.956	2.280.605
8.1 - INSS	1.356.866	1.467.871
8.2 - Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	748.448	800.158
8.3 - Contribuição social (tributo corrente)	34.642	12.576
9 - Remuneração do capital de terceiros	886.685	796.005
9.1 - Aluguéis, juros, variação cambial	529.894	425.873
9.2 - Outras remunerações a terceiros	356.791	370.132
10 - Remuneração de capital próprio	1.530.376	102.121
10.1 - Lucro/reserva retidos	1.530.376	102.121
<b>TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO (7+8+9+10)</b>	<b>13.394.614</b>	<b>13.803.157</b>



## NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCom) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Conforme previsto em Lei, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas no objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

### 1.1 - Pressupostos de continuidade

Em atenção ao que preconiza o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os Correios avaliaram a sua capacidade de continuar em operação em futuro previsível, concluindo que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto de continuidade.

Essa diretriz encontra respaldo nas medidas adotadas com foco, principalmente, na melhoria da qualidade operacional e no aprimoramento da utilização dos recursos, ações que contribuíram para a obtenção de lucros nos três últimos exercícios e para a redução dos prejuízos acumulados.

Importa destacar que a Estratégia Correios, para o período 2020-2024, foi estruturada de acordo com a classificação de estágio de maturidade de seus negócios e produtos, visando propiciar o progresso da Empresa com foco em rentabilidade, excelência e crescimento.

Com o objetivo de promover o crescimento sustentável da organização a Empresa está implementando uma série de Iniciativas Estratégicas - desdobradas da Estratégia Correios, buscando gerar resultados operacionais positivos, caixa para investimentos, melhoria de processos, receitas adicionais e redução de despesas.

As Iniciativas Estratégicas estão agrupadas em 6 (seis) Programas Estratégicos, conforme detalhado a seguir:

1. Crescimento e diversificação: ações de defesa do negócio comunicação, reposicionamento de Encomendas e Logística e viabilização de parcerias estratégicas;
2. Excelência operacional: ações voltadas ao aprimoramento de processos, tecnologia/automação e competências internas, abrangendo toda a cadeia de valor;
3. Integra Brasil: instrumento de integração e de coesão social do Governo Federal por meio da prestação de multisserviços públicos de interesse da sociedade;
4. Racionalização: ações voltadas para o aprimoramento da gestão de recursos, ganhos de eficiência e produtividade e visibilidade do desempenho;
5. Transformação tecnológica: ações voltadas para a modernização da arquitetura e serviços de TI, resultando no atendimento ágil das demandas internas e externas; e

6. Gestão de pessoas: Ações de adequação da força de trabalho às novas demandas internas, com foco no aumento da produtividade operacional e redimensionamento administrativo.

O atual estágio de implementação dessas ações permitiu que os Correios obtivessem resultados superiores aos alcançados no ano anterior, assegurando a liquidez da Empresa e garantindo a sua sustentabilidade econômico-financeira no período.

## 1.2 - Impactos causados pelo coronavírus (COVID-19)

Em janeiro de 2020, a China reportou os primeiros casos de pessoas que contraíram problemas respiratórios, causados por um novo vírus. A doença, denominada de COVID-19, rapidamente se espalhou pelo mundo, o que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, uma pandemia global.

Em 20 de março de 2020, a Presidência da República editou a Medida Provisória 926 e o Decreto 10.282, com o objetivo de garantir a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento do novo coronavírus. O texto ratificou os serviços postais como essenciais e reforça ainda mais o compromisso dos Correios em contribuir com a minimização dos impactos da crise na saúde e na economia do país.

Em virtude da classificação dos serviços postais como essenciais, a Empresa possui a obrigação legal de manter as operações em meio à pandemia. Neste cenário, diversas alterações nos âmbitos comerciais e de operações foram realizadas, com o objetivo de manter a prestação dos serviços, preservando a segurança do empregado.

Dentre as medidas adotadas, podem ser citadas a aquisição de álcool em gel 70%, máscaras de pano e protetores de acrílico para os guichês, o reforço na higienização e limpeza das unidades, o afastamento compulsório dos trabalhadores do grupo de risco, liberação de empregados para o trabalho remoto, divisão das equipes em turnos de 6 (seis) horas, e suspensão de reuniões presenciais.

Para a área operacional, destacam-se: a eliminação da coleta de assinatura nos objetos registrados, o que faz com que o carteiro não tenha quase nenhum contato direto com o destinatário; além da possibilidade de realizar a entrega de objetos que cabem na caixa de correio, diretamente, ou em lugar seguro, caso o endereço de entrega possua, sem a coleta de assinatura ou presença do destinatário; e, entrega interna de objetos sem assinatura e sem contato com as pessoas.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei nº 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade as disposições do CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis aplicadas pela Empresa na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na [nota 3](#). Ressalta-se, no entanto, que este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais da ECT, no qual as propriedades para investimento são avaliadas pelo método de valor justo, em

conformidade a política de avaliação incentivada no CPC 28. A mudança facultativa do método de avaliação das propriedades para investimento visa a garantir uma apresentação mais apropriada das informações divulgadas aos usuários das demonstrações contábeis, cujos efeitos desta nova política, são descritos na [nota 4](#).

Nesses termos, a Diretoria Executiva, em 12 de maio de 2021, autoriza a emissão e o encaminhamento das demonstrações contábeis ao Conselho de Administração para manifestação. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterá-las, contudo, os Conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, sem exceção, estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os Correios utilizam o real como moeda funcional para elaboração das demonstrações contábeis, as quais são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 - Transações e saldos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Na data de reporte das demonstrações contábeis, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

Contudo, o efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira é reconhecido em contrapartida a aquisições em andamento no imobilizado até que estas operações estejam em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

## **2.4 - Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis [nota 3](#).

## **2.5 - Estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. Assim, anualmente, são efetuadas revisões destas premissas, cujos reflexos são reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As informações sobre os julgamentos e as estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis de 31 de

dezembro de 2020, que podem provocar impacto relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos do próximo exercício, estão descritas nas seguintes notas:

- [Nota 3.3](#) - Contas a receber: premissas utilizadas na determinação dos percentuais utilizados para constituição das Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD);
- [Nota 3.6.2](#) - Arrendamentos: estimativa utilizada na determinação da taxa incremental de empréstimos e julgamento se a Empresa tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação;
- [Nota 3.8.2](#) - Ativos não financeiros: Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) - determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos;
- [Nota 3.11.2](#) - Tributos diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser compensados;
- [Nota 3.13.1](#) - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- [Nota 3.15.2](#) - Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais e financeiras.

### NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis dos Correios são consistentes com as adotadas e divulgadas nos exercícios anteriores, exceto pela mudança no método de avaliação das propriedades para investimento para o método de valor justo a partir de 31 de dezembro de 2020, em conformidade a prática incentivada pelo pronunciamento técnico CPC 28.

A Empresa não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

#### 3.1 - Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC é elaborada pelo método indireto de apresentação, no qual o resultado líquido do período é ajustado com base nos efeitos das transações que não afetam o caixa e pelos efeitos de receitas e despesas que afetam os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento.

#### 3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelo caixa, pelos depósitos bancários e por investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas no nível I da hierarquia do valor justo, cujas as variações são reconhecidas no resultado do exercício.

#### 3.3 - Contas a receber

Os valores a receber são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais e internacionais, ajustados ao câmbio vigente na data de reporte, quando aplicável. Contudo, apesar de ser mensurado pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a Empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, por não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações. As Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses

créditos. Anualmente, a Empresa, com base no modelo de matriz de provisão, realiza a revisão dos percentuais esperados de perda considerando o risco de não recebimento, estabelecido por classe de vencimento, cujos efeitos esperados com base no histórico de inadimplência são ajustados prospectivamente às variações do PIB e da inflação ocorrida no período. O modelo estabelecido pelo CPC 48 e adotado pelos Correios para o cálculo das perdas esperadas sobre os serviços faturados está evidenciado na [nota 9](#).

### 3.4 - Estoques

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar-se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos e/ou danificados.

### 3.5 - Convênio Postal Saúde - Ativo/passivo

A Postal Saúde é a operadora dos planos de saúde oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a Empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais.

As despesas do plano CorreiosSaúde I com os pais dos empregados ativos e aposentados mantidos no plano, conforme dissídio coletivo dos Correios, são custeadas na proporção de 93% para a Empresa e 7% para o empregado e as despesas do CorreiosSaúde II são custeadas de forma paritária. Ressalta-se, que em conformidade ao disposto no art. 31 da Lei 9.656/1998, a partir de agosto de 2021, os aposentados que optarem pela manutenção do plano de saúde passarão a custear integralmente as despesas do plano.

Os repasses mensais efetuados pelos Correios à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde, são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados da ECT, cuja despesa é arcada integralmente pela Empresa.

### 3.6 - Imobilizado

#### 3.6.1 - Bens de propriedade dos Correios

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

Os imóveis que possuem o valor contábil ajustado pelo custo atribuído quando da depreciação ou venda, os valores correspondentes ao custo atribuído são realizados em contrapartida a conta de lucros acumulados e quando há constituição ou reversão de perda ao valor recuperável destes imóveis, o reflexo ocorre na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

A depreciação é calculada com base no método linear, no valor residual e na média de vida útil estimada para cada grupo de ativos, que é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, a exceção dos terrenos que não são depreciados.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES**

A vida útil e o valor residual dos bens móveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de depreciação de forma prospectiva a partir do exercício seguinte. Com relação aos imóveis, considerando a quantidade de bens distribuída em todo território nacional e a baixa expectativa de variação das vidas úteis e dos valores residuais dos imóveis, esses indicadores são revistos a cada cinco anos, quando da avaliação de toda a carteira imobiliária, para a promoção dos ajustes necessários.

As taxas médias de depreciação anual, são estabelecidas pela Administração, com base na vida útil esperada para os ativos, conforme consta na tabela abaixo:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Imóveis	3,4	29 anos
Demais equipamentos de processamento de dados	11,1	9 anos
Computador e impressora	12,5	8 anos
Máquinas e equipamentos	7,7	13 anos
Motocicletas	12,5	8 anos
Veículos leves - carga até 1.000 Kg	11,1	9 anos
Veículos leves - carga acima de 1.000 Kg	10,0	10 anos
Veículos motorizados pesados	9,09	11 anos
Veículos não motorizados	20,0	5 anos
Móveis e utensílios	7,1	14 anos
Ferramentas e instrumentos	20,0	5 anos
<i>Smartphone</i>	40,0	2,5 anos
Máquina de Mecanização e Triagem - MECTRI	7,2	13,8 anos

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa, desde que o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Demais gastos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que estejam nas condições previstas para entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

Um ativo é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da venda são determinados pelo confronto do valor da alienação com o valor contábil, cujo resultado é reconhecido em outras receitas/despesas operacionais no exercício da transferência de propriedade do bem.

### **3.6.2 - Arrendamentos (bens direito de uso)**

A partir de janeiro de 2019, em conformidade ao disposto no CPC 06 (R2), a Empresa, na figura de arrendatária, passou a reconhecer no ativo imobilizado o direito de uso das operações de arrendamento em contrapartida ao passivo com base nas obrigações assumidas nos contratos de locação, já descontadas a valor presente por uma taxa incremental de empréstimo.

Na mensuração da obrigação a ser trazida a valor presente, a Empresa considera que exercerá a opção de prorrogação contratual, por igual período, para os contratos de bens imóveis, cujo período da obrigação total estimada, já com a prorrogação, não ultrapasse a 10 anos.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Empresa considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de

prorrogação ou de rescisão, para os quais leva em consideração os custos incrementais de uma rescisão como, por exemplo, multas, gastos com desmobilização do imóvel e mobilização em outra unidade.

A taxa incremental de empréstimo é estabelecida de acordo o prazo de duração dos contratos, adotando-se como parâmetros as taxas negociadas para o DI futuro, conforme divulgado na BMF/Bovespa (B3), acrescidas do spread de crédito constante nas operações firmadas pela Empresa com as instituições financeiras.

Após o reconhecimento inicial, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e atualizações das parcelas pelo IGP-M e reduzido pelos pagamentos efetuados. Ademais, o valor contábil do passivo de arrendamento será remensurado em contrapartida ao ativo, caso exista modificações no contrato.

Os ativos de direito de uso são depreciados mensalmente, de forma linear com base no prazo do arrendamento acrescido da previsão de prorrogação contratual, se houver, uma vez que, atualmente, a Empresa não possui contratos firmados com previsão do exercício da opção de compra ao final do período.

As despesas com depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas como despesas operacionais e os juros apropriados para despesa financeira nas demonstrações do resultado do exercício.

A Empresa, em conformidade com a política de isenção prevista no CPC 06 (R2), mantém o reconhecimento dos pagamentos dos contratos de curto prazo (12 meses) e de baixo valor (R\$20 mil) registrados como despesa de locação de forma linear ao longo do prazo do arrendamento

### 3.7 - Intangível

Os ativos intangíveis são representados por licenças de softwares que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e implementação destes à estrutura organizacional da Empresa, até que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados de forma linear durante a vida útil estimada para os *softwares*, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	AMORTIZAÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Softwares, licenciamentos e similares	20	5

A vida útil e possíveis valores residuais são revisados no encerramento de exercício para adequação, caso necessário, das bases de amortização de forma prospectiva a partir do exercício seguinte.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, no período em que forem incorridos.

### 3.8 - Avaliação ao valor recuperável de ativos

#### 3.8.1 - Ativos financeiros

Para os ativos financeiros classificados em custo amortizado, anualmente a Empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a Empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nesses percentuais, trimestralmente os valores das PECLD são ajustados, por meio de uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e, a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, trimestralmente é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes (ORA). Contudo, caso sejam observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, essas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter *impairment* no patrimônio líquido.

### 3.8.2 - Ativos não financeiros

Anualmente a Empresa analisa se há indicativos de perdas, a fim de verificar a necessidade de aplicação do teste de *impairment* nos imóveis classificados no imobilizado, visto que qualquer desvio na análise dos indicativos de perda a constituir ou a reverter poderá comprometer a evidenciação do valor recuperável dos imóveis.

Em complemento, a carteira mobiliária é avaliada a cada cinco anos com o objetivo de revisar a vida útil e o valor residual dos bens, além de certificar a confiabilidade da base de indicativos de perdas garantindo o adequado reconhecimento do valor recuperável dos imóveis.

As perdas ou reversões de perdas apuradas no teste de *impairment* são constituídas de forma significativa em contrapartida ao patrimônio líquido, considerando a aplicação do custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais. Todavia, para os imóveis que não possuem custo atribuído, as perdas ou reversões de perdas são lançadas em contrapartida ao resultado do exercício.

Em 2020 foi aplicado o teste de *impairment* para 1.469 imóveis do imobilizado, resultando nos valores apresentados a seguir:

	TOTAL
Valor justo	3.551.712
Contábil líquido	2.815.189
Perda estimada	(682.822)
Reversão de perda	15.661
Valor recuperável	2.148.028
Ganho <sup>1</sup>	1.419.345

<sup>1</sup> Por força da Lei 11.638/2017, o reconhecimento das expectativas de ganhos apurados sobre o ativo imobilizado é proibida no Brasil, considerando exclusão do método de reavaliação do bens.

### 3.9 - Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas demonstrações contábeis.

### 3.10 - Obrigações com fornecedores

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída, sendo que eventuais excessos são reconhecidos no ativo em outros débitos de terceiros ou cobrança jurídica com terceiro, conforme o caso.



Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada, mas não faturada (*accruals*), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores.

Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade.

As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

### **3.11 - Imunidade tributária recíproca**

Por meio do Recurso Extraordinário RE 601.392/2013, o Supremo Tribunal Federal reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que os Correios estão amparados pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, sendo a não incidência do tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços o resultado prático do imperativo constitucional. Destaca-se que as decisões do Pleno são *sui generis*, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

A Diretoria Executiva, amparada na consolidada jurisprudência do STF na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos pareceres técnicos da assessoria jurídica contratada, reconhece no patrimônio direitos relativos a valores pagos indevidamente, em tempos pretéritos, a título de IRPJ, ao tempo em que solicitou no âmbito administrativo a restituição destes créditos. Sob os mesmos fundamentos, foram ativados créditos decorrentes da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força do enquadramento, previsto na legislação infraconstitucional, em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos, o pleito do indébito tributário é objeto de ação judicial.

Nesse contexto, desde o exercício de 2016 a Empresa não realiza a apuração do Imposto de Renda nem a respectiva divulgação da base de cálculo nas demonstrações contábeis. Na mesma linha, passou-se a realizar o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, em observância aos artigos 10 da Lei n° 10.637/2002 e 10.833/2003.

A Receita Federal do Brasil (RFB), em abril de 2019, deferiu o direito aos Correios de se compensarem de ofício no valor atualizado de R\$ 299.382 referente aos 3 pedidos de restituição de IRPJ, julgados no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), cujos acórdãos foram proferidos favoráveis, por unanimidade de votos, sem interposição de recurso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) -, sendo: Acórdão 1302003.203 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, Acórdão 1301003.443 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária e o Acórdão 1401002.727 - 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária. Quanto à compensação oportunizada, a Empresa realizou contraproposta e aguarda retorno da Receita Federal.

Restam pendentes de julgamento 10 pedidos de restituição de IRPJ, os quais representam o valor atualizado monetariamente de R\$ 685.389.

Quanto aos créditos de PIS e COFINS, estes encontram-se amparados por protesto judicial e são objeto de ação judicial, pendente de julgamento, para a qual em setembro/2020 já houve a indicação de assistente de perito.

Desde o reconhecimento dos créditos tributários nas demonstrações contábeis de 2016, a Administração dos Correios vem se manifestando pela manutenção destes registros, com base na classificação de êxito atribuída pela assessoria jurídica especializada ao

pleito da imunidade, como “praticamente certo o provável ganho”, aliado à atual jurisprudência favorável sobre o tema, incluindo decisões exaradas pelo CARF quanto aos Correios serem ente imune ao IRPJ.

Ocorre que, embora as contas dos exercícios 2016 e 2017 não apresentassem recomendação do Tribunal de Contas no sentido de desreconhecer os créditos tributários, no julgamento das contas do ano de 2018, cujo resultado foi conhecido formalmente pelos Correios em outubro de 2020, o Tribunal recomendou que os créditos tributários que preencham os requisitos de ativo contingente, sob a ótica do Pronunciamento Técnico CPC25, não fossem reconhecidos nas demonstrações contábeis da Empresa, mas apenas divulgados em notas explicavas.

Nesse sentido, em decorrência de decisão de Diretoria, no exercício de 2020 os créditos tributários do PIS e COFINS foram desreconhecidos em atendimento à Recomendação TCU do Acórdão 9.376/2020-TCU/2ª Câmara.

Por outro lado, entende-se como pertinente a manutenção dos créditos tributários de IRPJ no patrimônio dos Correios, pois o pleito dos pedidos de restituição trata do mesmo mérito, qual seja: cobrança indevida de IRPJ a ente imune a impostos e que as possibilidades de entrada de recursos relativos aos demais processos não julgados, é praticamente certa.

O quadro a seguir representa os efeitos no ativo e as movimentações ocorridas no resultado da Empresa que refletiram no patrimônio líquido, em observância ao pressuposto de sua imunidade tributária:

MOVIMENTAÇÃO	31/12/19	COMPENSAÇÃO	RESULTADO		31/12/20
			ATUALIZAÇÃO	REVERSÃO	
Pedidos de restituição - IRPJ	971.105	(1.513)	15.178	-	984.770
Deferidos	296.362	(1.513)	4.532		299.381
Aguardando julgamento	674.743	-	10.646		685.389
Pedidos de restituição - PIS/COFINS	707.139	-	-	(707.139)	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.678.244</b>	<b>(1.513)</b>	<b>15.178</b>	<b>(707.139)</b>	<b>984.770</b>

Os impactos no resultado de 2020 foram ocasionados devido à atualização monetária dos créditos tributários e ao desreconhecimento dos direitos relativos ao PIS e a COFINS a recuperar.

Frisa-se que quando do desfecho da ação judicial, os valores recuperados em decorrência dos pagamentos indevidos de PIS e COFINS voltarão a ser reconhecidos no patrimônio ocasionando efeitos positivos.

### 3.11.1 - Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício. A Diretoria Executiva, amparada no artigo 150, VI, “a”, da Constituição Federal, deliberou pelo não pagamento do IRPJ, a partir do exercício de 2017, sob o amparo da Empresa ser ente imune a impostos. Dessa forma, não consta divulgada a base de cálculo do IRPJ nas demonstrações contábeis.

### 3.11.2 - Tributos diferidos

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o

impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32.

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL sobre base negativa e movimentações temporárias, cujo impacto é no resultado do exercício, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da Empresa, no qual o uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido, de modo que este ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível.

O lucro tributável futuro estimado considera projeções de cenários econômicos, taxas de desconto, consecução de novos negócios e implementação de ações para a redução de despesas. Essas estimativas são submetidas à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração anualmente. A movimentação dos créditos tributários diferidos está evidenciada na [nota 19.1](#).

O ativo fiscal diferido de CSLL constituído será revisado a cada encerramento do exercício e revertido/reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do crédito tributário diferido sobre base negativa de CSLL venha a ser utilizado.

A CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

### **3.12 - Contas internacionais**

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal (UPU), as remessas postais internacionais recebidas pela ECT de outros correios e aquelas postadas no Brasil destinadas à entrega no exterior por outros correios são objeto de acertos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a ECT recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao correio que enviou a remessa. Por outro lado, quando a Empresa envia uma remessa postal ao exterior a ser entregue por outro correio é registrada uma obrigação a pagar àquela administração postal.

A prestação de contas entre os correios envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal, de modo que, na prestação de contas confronta-se os valores a receber e a pagar de cada administração postal, apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). Havendo concordância de ambas as partes, o pagamento é efetuado posteriormente pela administração postal devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro, conforme regras divulgadas pela UPU.

Contudo, até o encerramento do ciclo operacional das contas internacionais, os direitos a receber e a pagar reconhecidos no balanço patrimonial são registrados com base na moeda funcional da Empresa, conforme [nota 2.2](#).

Considerando às peculiaridades dos serviços internacionais, as perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa sobre os valores a receber das administrações postais devedoras são constituídas pelo total dos valores vencidos a mais de três anos, acrescido, caso necessário, do saldo a receber em prazo inferior, cuja expectativa de recebimento da administração postal é baixa.

### **3.13 - Provisões e passivo contingente**

#### **3.13.1 - Provisões para contingências**

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação de uma obrigação presente (legal ou não

formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Além disso, os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na [nota 16.14](#).

### **3.13.2 - Passivo contingente**

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme [nota 16.14.2](#).

### **3.14 - Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, com base no método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado do passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de competência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### **3.15 - Benefícios a empregados**

#### **3.15.1 - Benefícios de curto prazo**

As obrigações a pagar no período de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis, denominadas de benefícios de curto prazo a empregados, tais como salários, férias e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme a prestação do serviço correspondente.

#### **3.15.2 - Benefícios pós-emprego**

Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade da Empresa e incluem benefícios de aposentadoria complementar e de assistência à saúde, pagáveis ao fim do vínculo empregatício junto com a aposentadoria do empregado.

Entre os planos de benefício pós-emprego ofertados aos empregados dos Correios existe o plano CV de previdência complementar, cuja constituição prevê uma parcela de contribuição definida e outra correspondente ao benefício definido, sendo que para a parcela de contribuição definida a obrigação da Empresa restringe-se ao pagamento

mensal de um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados ao plano.

Por outro lado, para a parcela correspondente ao benefício definido do Plano CV, em conjunto com o Plano BD e o Plano de Saúde que possuem esta mesma característica, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nestes planos, o valor presente das obrigações atuariais de responsabilidade da patrocinadora é mensurado, anualmente, por atuário independente com base no Método do Crédito Unitário Projetado, que considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, as quais são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Os planos também são impactados por premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas, econômicas e financeiras, e, pelos ativos, mensurados pelo seu valor justo, substancialmente compostos por investimentos que compõem as carteiras dos planos de benefícios.

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefício pós-emprego dependem de uma série de premissas, dentre as quais destacam-se:

- taxa de desconto - por envolver um arcabouço baseado em princípios e julgamentos, a taxa de desconto utilizada pelos Correios primeiramente observou o que dispõe o item 83 do CPC 33 (R1), quanto aos rendimentos de mercado, apurados na data de encerramento das demonstrações contábeis, para títulos ou obrigações de alta qualidade.

Os títulos corporativos são representados por debêntures, cuja pormenorização dos papéis, negociados em mercado ativo, adveio dos critérios de definição das características desse mercado, tais como: presença de produtos homogêneos, publicidade dos preços e a coexistência de compradores e vendedores. Ver [nota 16.13.7.1.1](#).

- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - representa a variação do custo das operadoras de planos de saúde comparando dois períodos consecutivos, captando oscilações, tanto da frequência de utilização quanto do preço dos serviços de assistência médico-hospitalar.

- premissas demográficas - representadas, principalmente, pelas tábuas de mortalidade e pelas taxas de rotatividade dos beneficiários nos planos, são definidas com base nos testes de aderência apresentados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) revisados pelo atuário responsável pela mensuração da obrigação de benefício pós-emprego.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas do mercado e no comportamento das premissas atuariais.

As obrigações de benefício pós-emprego advindas dos planos de benefício definido são impactadas pelo limite atribuído ao custo do serviço e custo de juros em contrapartida a demonstração do resultado e pelos ganhos e perdas atuariais provenientes de ajustes de experiência e de mudanças de premissas em contrapartida aos Outros Resultados Abrangentes (ORA), líquidos dos tributos diferidos.

O *superavit* apurado no Postalprev não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, são reclassificadas para o ORA no patrimônio líquido.

### 3.15.3 - Outros benefícios de longo prazo

Em novembro de 2016, com o objetivo de reduzir os gastos com a despesa de pessoal, os Correios instituíram o Programa de Demissão Incentivada (PDI), no qual ofereceu a todos os empregados elegíveis (conforme regulamento) que aderissem ao programa um Incentivo Financeiro Diferido (IFD) a ser pago em 96 parcelas correspondentes a até 35% da média do salário recebido nos últimos cinco anos trabalhados, limitado a R\$ 10 mil, sendo este valor atualizado pelo IPCA, a cada doze meses da data do desligamento. Posteriormente, o plano foi reaberto reduzindo-se os requisitos de elegibilidade e a quantidade de pagamentos para 93 parcelas.

A Empresa reconheceu toda a obrigação advinda do programa no momento da homologação da rescisão no sindicato, por considerar que este ato torna a decisão do empregado irrevogável.

Essa obrigação foi reconhecida em contrapartida ao resultado de 2017 como despesa de indenização trabalhista, sendo tanto a obrigação quanto a despesa de indenização ajustadas a valor presente, em atendimento ao que estabelece a norma contábil.

### **3.16 - Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP**

Na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, os imóveis reconhecidos até então pelo custo histórico, foram acrescidos do valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o valor contábil líquido do bem registrado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por Empresa contratada.

O custo atribuído adicionado ao imóvel foi reconhecido em contrapartida ao Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no Patrimônio Líquido (PL). Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo os tributos referentes aos valores mantidos no AAP de modo que estes são apresentados líquidos dos tributos diferidos.

O custo atribuído e os tributos diferidos são realizados, trimestralmente, em contrapartida aos lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído. Além disso, quando houver a necessidade de ajustar o valor recuperável desses imóveis, as perdas constituídas ou revertidas promoverão a variação no saldo do custo atribuído.

### **3.17 - Receita de vendas e prestação de serviços**

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime de competência e às peculiaridades de cada operação.

## **NOTA 4 - MUDANÇAS DE POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela mudança facultativa no método de avaliação das propriedades para investimento para o método de valor justo.

A natureza e o impacto da alteração dessa política nas demonstrações contábeis são apresentados nos tópicos a seguir:

### **4.1 - Propriedades para investimento**

A partir de 31 de dezembro de 2020, em observância as características das propriedades para investimento de obtenção de renda e valorização do capital, e, com vistas a garantir uma apresentação mais apropriada das informações divulgadas aos usuários das

demonstrações contábeis, a Empresa alterou o método de avaliação das propriedades para investimento, de modo que os imóveis antes avaliados pelo método de custo, passam a serem reconhecidos pelo seu valor justo, em conformidade a prática incentivada pelo pronunciamento técnico CPC 28.

Cabe ressaltar que em 2014, quando da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Empresa optou por manter as propriedades para investimento avaliadas pelo método de custo. Tal decisão deveu-se a falta de expertise sobre o tema e a fragilidade nos controles da carteira imobiliária.

Nessa linha, considerando a mudança significativa do cenário atual em relação ao da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, estudos foram realizados para avaliar qual o método de avaliação mais adequado para a evidenciação das propriedades para investimento dos Correios. Dessa forma, considerando os significativos ganhos na qualidade da informação a ser divulgada, o novo método de avaliação possibilitou que as demonstrações contábeis de 2020 apresentem as propriedades para investimento a valor justo.

Todavia, conforme disciplina os itens 50 a 53 do CPC 23, aprovado pela Deliberação CVM nº 592/2009, que trata de procedimentos a serem observados em caso de mudança de política, a Empresa ficou impossibilitada de apresentar os efeitos da mudança do método de avaliação das propriedades para investimento avaliadas a valor justo de forma retrospectiva, devido dificuldades enfrentadas pelas Empresas contratadas para promover a totalidade da avaliação da carteira imobiliária dos Correios no exercício de 2019.

Nesse contexto, a reapresentação retrospectiva do valor justo dos imóveis tornou-se impraticável visto que do total de imóveis mantidos como propriedades para investimento à época, somente 53 laudos foram entregues com base no valor justo apurado em 2019.

#### 4.1.1 - Efeitos da mudança de política

Em conformidade a política anterior de avaliação das propriedades para investimento pelo método de custo, a Empresa mantinha os imóveis evidenciados pelo valor recuperável do bem, o que implicava no reconhecimento mensal da despesa de depreciação do imóvel, bem como na aplicação de eventuais testes de *impairment*, sempre que houvesse indicativos de constituição ou reversão de estimativas perdas. Ressalta-se que com a aplicação do método de custo, a Empresa estava impedida de aumentar o valor do imóvel em montante superior às reversões de possíveis perdas já reconhecidas, devido a reavaliação ser prática proibida no Brasil, conforme disposto na Lei 11.638/2007.

Além disso, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, aprovado pela Deliberação CVM nº 598/2009, considerando que as propriedades para investimento eram avaliadas pelo método de custo, quando um imóvel atendia a todos os critérios estabelecidos por este pronunciamento, obrigatoriamente, este era reclassificado para "ativos mantidos para venda" cessando-se o reconhecimento da despesa de depreciação, mas mantendo o bem registrado pelo seu valor recuperável, por meio da aplicação de testes de *impairment*, caso necessário.

Para adoção inicial da nova política, a Empresa reclassificou para propriedades para investimento todos os imóveis reconhecidos anteriormente, como "ativos mantidos para venda" e revisitou a situação de ocupação de toda a carteira imobiliária, de modo a garantir que as propriedades para investimento registrem todos os imóveis que não estejam em uso pela Empresa ou que uma parte insignificante do imóvel esteja mantida para uso na produção, fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas.

A adoção da política de avaliação das propriedades para investimento a valor justo, diverge da política de avaliação pelo método de custo, quando possibilita o reconhecimento da totalidade dos ganhos estimados com base no valor justo estabelecido nos laudos de avaliação do imóvel, não sendo mais aplicável o reconhecimento das despesas de depreciação. Para as estimativas de perda, a nova política de avaliação das propriedades para investimento não ocasiona alteração em relação aos impactos no reconhecimento desta estimativa, mudando-se, unicamente, a denominação dada ao evento, de perda ao valor recuperável para perda a valor justo.

Importa esclarecer que em virtude do cenário estabelecido pela pandemia, desde março de 2020, a avaliação da totalidade da carteira imobiliária restou prejudicada, principalmente, em relação aos imóveis situados na região norte, o que impossibilitou na entrega de 41 laudos que seriam utilizados na mensuração do valor justo.

#### 4.1.2 - Impactos nas demonstrações contábeis

A aplicação da nova política para propriedades para investimento evidenciará os imóveis a valor justo, sendo as variações de ganhos e perdas lançadas obrigatoriamente no resultado do exercício. Por se tratar de adoção inicial desta política, utilizou-se por analogia, a conjugação dos itens 62 e 84E do CPC 28, os quais orientam que os ajustes a serem reconhecidos no resultado, na data da aplicação inicial deverão ser lançados como ajuste em lucros acumulados.

Contudo, os imóveis anteriormente ajustados pelo custo atribuído, quando da adoção inicial das normas internacionais, terão os efeitos das perdas constituídas ou revertidas registrados em contrapartida aos ajustes de avaliação patrimonial.

Quanto aos ganhos remanescentes, após a reversão das perdas anteriormente constituídas, o ajuste deve ser realizado no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, como parte dos outros resultados abrangentes.

Por fim, na alienação subsequente dos imóveis classificados em propriedades para investimento, os efeitos que impactaram o patrimônio líquido no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, quando da adoção inicial, deverão ser transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

O quadro a seguir demonstra os efeitos advindos da adoção inicial da política de avaliação de propriedades para investimento pelo método de valor justo sobre 324 imóveis:

ADOÇÃO INICIAL - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/2020
Ativo	175.061
Ganho - valor justo	343.842
Perda - valor justo	(184.738)
Reversão de perda	15.957
Patrimônio Líquido	175.462
Custo atribuído	(166.123)
Outros Resultados Abrangentes	343.842
Apuração de resultado	(2.257)

#### NOTA 5 - GESTÃO DE RISCO

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela aprovação das políticas corporativas de gestão de riscos e controles internos. Compete ainda ao CA determinar a implementação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios



estão expostos. O conselho é continuamente informado sobre a gestão de riscos praticada por meio de reportes periódicos e apresentações de temas específicos.

A política corporativa de gestão de riscos, aprovada pelo CA, estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa dos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos dos Correios.

O Comitê de Auditoria atua como órgão de suporte ao CA quanto a avaliação e monitoramento de exposições a riscos.

### 5.1 - Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

O quadro a seguir sintetiza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Empresa administra sua exposição:

Risco	Exposição	Gestão
Risco de mercado - taxa de juros	- Cédula de Crédito Bancário - empréstimo para capital de giro - Fundos de Investimento	- Controle de parcelas futuras com base em projeções de taxas do Banco Central - Gerenciamento de risco pelo <i>Value-at-Risk</i>
Risco de crédito	- Contas a receber de clientes - Fundos de Investimento	- Monitoramento da qualidade de crédito por cliente - Política de crédito e análise dos emissores dos títulos
Risco de liquidez	- Obrigações futuras - Fundos de Investimento	- Monitoramento das previsões de fluxo de caixa

### 5.2 - Risco de mercado

É o risco ao qual os Correios estão expostos devido às oscilações nas taxas de juros, o que pode comprometer os ganhos da Empresa.

#### 5.2.1 - Taxa de juros

Estas variações podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Neste sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB DTVM e CEF fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras mensurando os riscos e avaliando os impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento. Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos, é utilizado o Valor em Risco (*Value-at-Risk - VaR*), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima dentro de um horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. A Empresa recebe mensalmente informações dos gestores sobre o cenário econômico, desempenho e riscos dos fundos e faz o acompanhamento do desempenho em relação ao benchmarking.

O detalhamento das aplicações financeiras está contido nas [notas 7.3 e 7.4](#) .

O risco de taxa de juros também afeta a Cédula de Crédito Bancário, empréstimo para capital de giro feito com o Banco do Brasil em dezembro de 2016, uma vez que seus juros são calculados com base na variação do CDI. Diante disso, os Correios mantêm controle das parcelas futuras de acordo com a projeção de taxas de juros do Banco Central do Brasil, gerando uma previsão dos pagamentos futuros.

A cédula de crédito bancário, detalhada na [nota 16.9](#), é remunerada à base de um percentual sobre a taxa média do CDI.

### **5.3 - Risco de crédito**

É o risco ao qual a Empresa está exposta caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com as obrigações contratuais, ocasionando possíveis perdas financeiras para a Empresa.

As ações adotadas pela Empresa para mitigar estes riscos são apresentadas a seguir:

#### **5.3.1 - Risco de crédito - contas a receber de clientes**

A Empresa definiu políticas voltadas para os processos de concessão de crédito a clientes, faturamento e cobrança.

No caso de risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes, os Correios avaliam o perfil do cliente levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e os indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

Além disso, o limite de crédito de cliente com contrato comercial é monitorado periodicamente, levando em consideração o consumo (postagens) diário, os recebimentos dos débitos do cliente e a aplicação das regras de suspensão/reactivação de contratos, cujos resultados são espelhados nos indicadores de desempenho acompanhados pela Empresa. Ressalta-se que a expectativa de perda na deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas quando da execução das contas a receber de clientes, conforme [nota 9](#).

#### **5.3.2 - Risco de crédito - fundos de investimento**

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelas instituições financeiras gestoras por meio de políticas de crédito e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação, os Correios podem aplicar apenas em fundos de investimento extramercado, administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados e compostos por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.

### **5.4 - Risco de liquidez**

É representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou com outros ativos financeiros suficientes para honrar as obrigações a pagar nas datas previstas.

Para minimizar esse risco, os Correios realizam a previsão de curto e longo prazo do fluxo de caixa e monitoram diariamente a liquidez da Empresa visando assegurar que ela tenha recurso suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em títulos públicos que apresentem os melhores índices de negociabilidade do mercado, com vencimentos e liquidez apropriados. As previsões de fluxo de caixa são encaminhadas às instituições financeiras gestoras dos fundos de investimento permitindo que efetuem planejamentos de operações de compra e venda de títulos.

## NOTA 6 - RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES

### 6.1 - Impacto da reclassificação de itens do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	NOTA	31/12/19	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/19
Ativo não circulante		10.668.072	100.000	10.768.072
Realizável a longo prazo		2.588.274	100.000	2.688.274
Convênio Postal Saúde	<a href="#">6.1.1</a>	-	100.000	100.000
Passivo circulante		4.685.074	(97.854)	4.587.220
Encargos	<a href="#">6.1.2</a>	216.616	32.489	249.105
Postalis (PostalPrev) - empregador		31.015	498	31.513
Postalis (BD) - empregador		11.086	31.991	43.077
Convênio Postal Saúde		360.055	187.582	547.637
Convênio CorreiosSaúde	<a href="#">6.1.1</a> , <a href="#">6.1.2</a>	338.260	187.582	525.842
Apropriações por competência - patrocinadas/mantidas	<a href="#">6.1.2</a>	120.071	(120.071)	-
Convênio CorreiosSaúde	<a href="#">6.1.1</a>	87.582	(87.582)	-
Postalis (PostalPrev) - empregador	<a href="#">6.1.2</a>	498	(498)	-
Postalis (BD) - empregador	<a href="#">6.1.2</a>	31.991	(31.991)	-
Arrendamento	<a href="#">6.1.3</a>	438.952	(197.854)	241.098
Passivo não circulante		9.403.567	197.854	9.601.421
Arrendamento	<a href="#">6.1.3</a>	901.628	197.854	1.099.482

#### 6.1.1 - Convênio Postal Saúde

Considerando a possibilidade de retorno aos cofres dos Correios do valor repassado à Postal Saúde para garantir as provisões de eventos e sinistros à liquidar, o valor de R\$ 100.000 fica melhor representado como um direito a receber da Empresa.

#### 6.1.2 - Apropriações por competência - patrocinadas/mantidas

Consolidação dos valores devidos ao Postalis - referentes aos planos BD e PostalPrev no grupo encargos e à Postal Saúde no grupo “Convênio CorreiosSaúde” no passivo.

#### 6.1.3 - Arrendamento

Com o objetivo de melhor representar a obrigação no passivo circulante, foi realizada a movimentação para o passivo não circulante das parcelas cujo vencimento era superior a 12 meses.

### 6.2 - Impacto da reclassificação de itens da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NOTA	31/12/19	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/19
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		(15.635.870)	(5.935)	(15.641.805)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	<a href="#">6.2.1</a>	(1.006.539)	(5.935)	(1.012.474)
Despesas com vendas e serviços		(118.865)	(4.022)	(122.887)
Perdas	<a href="#">6.2.1</a>	631	(4.022)	(3.389)
Despesas Gerais e administrativas		(2.525.594)	(212.960)	(2.738.554)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	<a href="#">6.2.1</a>	(8.053)	5.935	(2.118)
Perdas	<a href="#">6.2.1</a>	(15.796)	4.022	(11.776)
Provisões de perdas	<a href="#">6.2.2</a>	(6.456)	(23.902)	(30.358)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NOTA	31/12/19	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/19
Pós emprego	<a href="#">6.2.2</a>	110.691	(148.072)	(37.381)
Contingências	<a href="#">6.2.2</a>	(58.741)	(50.943)	(109.684)
Outras receitas		134.967	222.917	357.884
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	<a href="#">6.2.2</a>	-	18.601	18.601
Reversão - <i>Impairment</i>		-	5.301	5.301
Reversão - Provisão de Benefício Pós-Emprego	<a href="#">6.2.2</a>	-	148.072	148.072
Reversão - Provisões para contingências	<a href="#">6.2.2</a>	-	50.943	50.943

### 6.2.1 - Serviços de pessoas físicas e jurídicas e perdas

Realocação de despesas entre custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas e serviços e despesas gerais e administrativas, de acordo com a finalidade/utilização.

### 6.2.2 - Reversão de perdas

Movimentação do excesso de reversão de provisão registrada no exercício, por tipo de despesa, de “despesas gerais e administrativas” para “outras receitas”.

## NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/20	31/12/19
Caixa	4.529	4.098
Bancos	7.289	7.348
Aplicações	561.136	526.988
<b>TOTAL</b>	<b>572.954</b>	<b>538.434</b>

### 7.1 - Caixa

O caixa, no valor de R\$ 4.529, está distribuído de forma heterogênea nas unidades de atendimento presentes nos Estados da Federação.

### 7.2 - Bancos

Representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias.

### 7.3 - Aplicações

De acordo com a Resolução 3.284, de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as Empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa Selic.

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil (BBDTVM) e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2025, de acordo com a tabela a

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES**

seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas dos fluxos de caixa da Empresa, sendo classificados como Valor Justo por meio do Resultado (VJPR).

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a carteira de investimento está classificada no nível 1 da hierarquia do valor justo.

Ressalta-se que, desde 2017, como forma de lastrear as operações de saúde, os Correios passaram a vincular parte de suas aplicações financeiras para garantia de cumprimento das obrigações com os prestadores de serviço da Postal Saúde, conforme Termo de Garantia Financeira assinado entre a operadora e a mantenedora (Correios). O quadro a seguir demonstra a composição do lastro das operações da Mantida:

<b>LASTRO - CORREIOSAUDE</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/19</b>
Total das provisões técnicas a lastrear	(204.645)	(560.003)
Aplicação vinculada - ANS	161.786	158.378
Montante garantido por recursos dos Correios	42.859	401.625

#### **7.4 - Composição das aplicações por título e prazo de vencimento**

<b>VENCIMENTO</b>	<b>COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES - 31/12/20</b>					<b>TOTAL</b>
	<b>NTN-B</b>	<b>COTAS FUNDO</b>	<b>CAIXA/OP. COMPROMIS</b>	<b>PROVISÃO DE IR</b>	<b>AJUSTES FUNDO</b>	
2020	3.970	556.887	841	(552)	(10)	561.136
Ativo circulante	3.970	556.887	841	(552)	(10)	561.136
2022	-	367	-	-	-	367
2023	-	4.098	-	-	-	4.098
2024	-	241	-	-	-	241
2025	-	1.366	-	-	-	1.366
Ativo não circulante	-	6.072	-	-	-	6.072
<b>TOTAL</b>	<b>3.970</b>	<b>562.959</b>	<b>841</b>	<b>(552)</b>	<b>(10)</b>	<b>567.208</b>

<b>VENCIMENTO</b>	<b>COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES - 31/12/19</b>					<b>TOTAL</b>
	<b>NTN-B</b>	<b>COTAS FUNDO</b>	<b>CAIXA/OP. COMPROMIS</b>	<b>PROVISÃO DE IR</b>	<b>AJUSTES FUNDO</b>	
2020	-	525.735	1.698	(433)	(12)	526.988
Ativo circulante	-	525.735	1.698	(433)	(12)	526.988
2021	3.959	-	-	-	-	3.959
2022	431	-	-	-	-	431
2023	4.003	-	-	-	-	4.003
2024	198	-	-	-	-	198
Ativo não circulante	8.591	-	-	-	-	8.591
<b>TOTAL</b>	<b>8.591</b>	<b>525.735</b>	<b>1.698</b>	<b>(433)</b>	<b>(12)</b>	<b>535.579</b>

<b>APLICAÇÕES</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/19</b>
Aplicações - circulante	561.136	526.988
Aplicações - não circulante	6.072	8.591
<b>TOTAL</b>	<b>567.208</b>	<b>535.579</b>

#### **NOTA 8 - APLICAÇÕES - VJORA**

##### **8.1 - Aplicações - VJORA**

Trata-se de ações de companhias telefônicas e de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES**

<b>APLICAÇÕES - VJORA</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/19</b>
Circulante	10.565	-
Ações	9.597	-
FINAM/FINOR	968	-
Não circulante	-	11.493
Ações	-	10.816
FINAM/FINOR	-	677
<b>TOTAL</b>	<b>10.565</b>	<b>11.493</b>

**NOTA 9 - CONTAS A RECEBER**

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das PECLD. O acréscimo nos valores a receber de 2020 em relação a 2019 deve-se, principalmente, aos débitos internacionais devido à crescente alta do DES em função da alta do dólar no período, ocasionada, principalmente, pela pandemia do novo coronavírus.

<b>CONTAS A RECEBER</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/19</b>
Serviços faturados	1.296.407	1.482.373
Contas internacionais	1.243.033	883.209
Serviços a faturar	129.423	114.479
Agências terceirizadas	64.784	63.341
Cartões de crédito	51.834	41.573
Outros valores a receber de clientes	35	246
<b>TOTAL</b>	<b>2.785.516</b>	<b>2.585.221</b>

O detalhamento dos serviços faturados, por período de vencimento e a vencer, e o total da PECLD apurada estão apresentados a seguir:

<b>SERVIÇOS FATURADOS POR FAIXA DE VENCIMENTO</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/19</b>
A - A vencer	1.230.727	1.398.153
B - Vencidos de 1 a 30 dias	34.396	45.207
C - Vencidos de 31 a 60 dias	8.444	10.777
D - Vencidos de 61 a 90 dias	3.426	5.721
E - Vencidos de 91 a 180 dias	6.699	10.323
F - Vencidos há mais de 180 dias	32.622	23.812
Total a receber	1.316.314	1.493.993
PECLD total	(19.907)	(11.620)
<b>TOTAL</b>	<b>1.296.407</b>	<b>1.482.373</b>

O acréscimo nas estimativas de perda dos serviços faturados deve-se à revisão anual dos percentuais cujos acréscimos foram motivados pelas alterações no ambiente econômico gerados pela COVID-19.

**9.1 - Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)**

<b>PERÍODO</b>	<b>PECLD - 31/12/20</b>		<b>PERDA ESPERADA</b>
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>(%) PECLD</b>	
A - A vencer	1.230.727	0,10%	(1.231)
B - Vencidos de 1 a 30 dias	34.396	1,60%	(551)
C - Vencidos de 31 a 60 dias	8.444	4,10%	(346)
D - Vencidos de 61 a 90 dias	3.426	3,60%	(123)
E - Vencidos de 91 a 180 dias	6.699	7,90%	(529)
F - Vencidos há mais de 180 dias	32.622	52,50%	(17.127)
<b>TOTAL</b>	<b>1.316.314</b>		<b>(19.907)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES**

PERÍODO	PECLD - 31/12/19		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A - A vencer	1.398.153	0,2%	(2.796)
B - Vencidos de 1 a 30 dias	45.207	0,8%	(362)
C - Vencidos de 31 a 60 dias	10.777	5,4%	(582)
D - Vencidos de 61 a 90 dias	5.721	6,0%	(343)
E - Vencidos de 91 a 180 dias	10.323	7,5%	(774)
F - Vencidos há mais de 180 dias	23.812	28,4%	(6.763)
G - Recuperação judicial	-	100,0%	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.493.993</b>		<b>(11.620)</b>

A PECLD é composta pelas parcelas de perda dedutível (Lei nº 9.430/1996) e perda não dedutível cuja movimentação/ conciliação é apresentada no quadro abaixo:

CONCILIAÇÃO - PECLD DE SERVIÇOS FATURADOS		31/12/20	31/12/19
A - Perda total no início do período		(11.620)	(12.598)
B - Perda dedutível em 1º de janeiro		-	(6)
C - Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(11.620)	(12.592)
D - Adições		(8.287)	(2.198)
E - Baixas			3.170
F - Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(19.907)	(11.620)
G - Perda dedutível no final do período		-	-
<b>TOTAL</b>	<b>F+G</b>	<b>(19.907)</b>	<b>(11.620)</b>

Para fins fiscais, o excesso de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real para o cômputo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

## NOTA 10 - ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	31/12/20	31/12/19
Material para consumo	31.687	18.252
Material para revenda/almoxxarifados	16.422	12.153
Material em consignação	563	564
Perdas com estoque	(1.966)	(3.884)
<b>TOTAL</b>	<b>46.706</b>	<b>27.085</b>

## NOTA 11 - OUTROS VALORES E BENS

### 11.1 - Convênio Postal Saúde

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/12/20	31/12/19
Circulante	1.217	1.296
Empregados liberados	818	920
Concessão de uso de espaço	399	376
Não circulante	100.000	100.000
Ativo garantidor	100.000	100.000
<b>TOTAL</b>	<b>101.217</b>	<b>101.296</b>

### 11.1.1 - Ativo garantidor

Corresponde ao valor repassado à operadora para a constituição de garantia às provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - PESL.

Diante da correção integral dos itens que ensejaram o Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras - TAOEF da Postal Saúde, a Operadora solicitou a liberação da garantia vinculada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, cujo pleito está em análise.

### 11.2 - Adiantamento de pessoal

ADIANTAMENTO DE PESSOAL	31/12/20	31/12/19
Adiantamento de férias	33.012	77.909
Adiantamento salarial	5.489	3.424
Empregados cedidos	5.266	7.384
Demais adiantamentos	218	359
<b>TOTAL</b>	<b>43.985</b>	<b>89.076</b>

#### 11.2.1 - Adiantamento de férias

O Dissídio Coletivo de Greve dos Correios, relativo ao período de 2020/2021, promoveu alteração na forma de concessão do adiantamento de férias - que antes poderia ser descontado em até 5 (cinco parcelas) e que a partir da sua vigência passou a ser descontado em única parcela. Essa modificação refletiu na redução do montante a receber de 2020 em relação a 2019.

#### 11.3 - Demais adiantamentos

Referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a comprovação posterior.

#### 11.4 - Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR	31/12/20	31/12/19
a) tributos e encargos a restituir	116.190	109.426
IRPJ a restituir	61.230	94.482
CSLL a restituir	54.527	14.622
INSS a restituir/compensar	433	322
b) tributos retidos na fonte	8.936	8.817
IR retido na fonte	5.286	5.286
IR sobre aplicações financeiras	551	434
CSLL retida na fonte	2.244	2.243
COFINS retida na fonte	506	506
PIS retido na fonte	349	348
c) demais tributos e encargos	8.945	9.802
ICMS a recuperar/compensar	3.660	4.217
Demais impostos/encargos a restituir/compensar	2.169	2.598
ISS retido por clientes	922	1.103
Salário família/maternidade	462	671
INSS retido por clientes	1.732	1.213
<b>TOTAL</b>	<b>134.071</b>	<b>128.045</b>

#### 11.4.1 - Tributos e encargos a restituir



As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até o final do exercício de 2020. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

#### 11.4.2 - Tributos retidos na fonte

Corresponde aos tributos retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal. Embora a Empresa seja imune ao IR, os clientes permanecem efetuando a retenção por observarem a legislação a qual se sujeitam.

#### 11.5 - Cobrança jurídica/inadimplência

Representam os direitos líquidos das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	31/12/20	31/12/19
Faturas em cobrança jurídica	2.590	10.709
Acordos jurídicos - REFIS	1.143	2.278
Inadimplentes - AGF/ACC	604	580
Débitos de empregados em cobrança jurídica	21	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.358</b>	<b>13.567</b>

##### 11.5.1 - Faturas em cobrança jurídica

O montante líquido de R\$ 2.590 refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	31/12/20	31/12/19
Faturas em cobrança jurídica	174.198	163.406
(-) PECLD	(171.608)	(152.697)
<b>TOTAL</b>	<b>2.590</b>	<b>10.709</b>

O percentual apurado para a constituição da PECLD das faturas em cobrança jurídica é revisado anualmente com base na relação, por categoria dos valores, dos acordos judiciais e extrajudiciais em efetiva execução, sob responsabilidade da área jurídica, referente às parcelas ainda não pagas, bem como ao valor dos acordos judiciais e extrajudiciais firmados e pagos nos últimos 12 meses.

CONCILIAÇÃO DA PECLD DE FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	CONTROLADORA			
	PERCENTUAL	31/12/20	PERCENTUAL	31/12/19
Perdas não dedutíveis - saldo remanescente	98,1%	(137.939)	92,7%	(128.432)
Perdas não dedutíveis - recuperação judicial	100,0%	(17.466)	100,0%	(15.695)
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	(16.203)	100,0%	(8.570)
<b>TOTAL</b>		<b>(171.608)</b>		<b>(152.697)</b>

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

CONCILIAÇÃO	31/12/20	31/12/19
A - Perda total no início do período	(152.697)	(137.301)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES**

CONCILIAÇÃO		31/12/20	31/12/19
B - Perda dedutível em 1º de janeiro		8.570	24.416
C - Perda não dedutível em 1º de janeiro	A+B	(144.127)	(112.885)
D - Adições		(11.278)	(31.242)
E - Baixas		-	-
F - Perda não dedutível do final do período	C+D+E	(155.405)	(144.127)
G - Perda dedutível no final do período		(16.203)	(8.570)
<b>TOTAL</b>	<b>F+G</b>	<b>(171.608)</b>	<b>(152.697)</b>

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

#### 11.5.2 - Acordos jurídicos - REFIS

Corresponde aos valores decorrentes do Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT - REFIS Postal), instituído em 2018, com o objetivo de renegociação de dívidas de clientes (pessoas físicas ou jurídicas) contraídas com a Empresa cujos valores atualizados até 6 de abril de 2017 não ultrapassassem a quantia de R\$ 5.000.

Em 6 de fevereiro de 2019 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a abertura do REFIS Postal 2, com o mesmo objeto da primeira edição do programa, mas sem a limitação de valor imposta anteriormente.

#### 11.6 - Outros créditos

OUTROS CRÉDITOS		31/12/20	31/12/19
Débitos de terceiros		20.002	10.100
<i>Float</i> bancário - faturamento		13.839	6.612
Débitos de empregados		10.470	4.326
Bens sucateados		8.260	3.435
Parcelamento de multa de fornecedores		2.076	1.779
Débitos de empregados - agência		1.043	603
Vale postal internacional - importação e outros		280	201
<i>Coupons</i> - <i>réponse</i> trocados		192	157
Saque de conta virtual		94	56
Venda de imóveis funcionais		13	-
Débitos de empregados - em regularização		1	1.590
<b>TOTAL</b>		<b>56.270</b>	<b>28.859</b>

#### 11.7 - Débitos de terceiros

Refere-se, principalmente, às multas aplicadas aos fornecedores. O acréscimo no saldo é reflexo do aumento das multas aplicadas no período e da queda estimativa de perda sobre esses ativos.

#### 11.8 - *Float* bancário

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

#### 11.9 - Débitos de empregados

São débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, reconhecidos após apuração de responsabilidade e a respectiva emissão de portaria para desconto em folha de pagamento.

#### 11.10 - Bens sucateados

Refere-se a bens sucateados destinados a alienação, doação ou desmonte, com realização estimada até o final do exercício seguinte.

#### 11.11 - Depósitos judiciais, recursais e administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/12/20	31/12/19
Depósitos recursais administrativos	73.494	71.028
Depósitos judiciais	21.524	22.276
Depósitos recursais	17.500	17.014
Penhora de numerários	15.679	13.036
(-) Créditos a regularizar	(7.554)	(2.500)
<b>TOTAL</b>	<b>120.643</b>	<b>120.854</b>

O valor de R\$ 73.494 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 21.524 e R\$ 17.500 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 15.679 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial, e recebem atualização monetária;
- os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes de a Empresa ser equiparada à Fazenda Pública, e são atualizados monetariamente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD) aplicadas pelo órgão fiscalizador, e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo juízo sem que haja prévia comunicação à Empresa, o que gera o reconhecimento de um direito, tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.
- os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

A Administração obteve avanços por meio da reconciliação dos valores registrados nas contas de depósitos judiciais, cujo foco visa alinhar os controles internos contábeis e jurídicos confrontando-os com os extratos das instituições financeiras. Por meio deste trabalho foi possível identificar que o saldo divulgado nas demonstrações contábeis é adequado, visto que parte significativa dos valores dispostos nos referidos extratos referem-se a precatórios pagos pendentes de resgate pelo beneficiário de direito, ou seja não representam direitos dos Correios.

#### 11.12 - Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR	31/12/20	31/12/19
Imunidade tributária	984.770	1.678.244
IR	984.770	971.105
PIS/COFINS	-	707.139
Retenção na fonte - contrato Banco Postal	251.187	247.392
Pedidos de restituição	50.085	48.642
<b>TOTAL</b>	<b>1.286.042</b>	<b>1.974.278</b>

O montante de R\$ 984.770 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, atualizado pela taxa Selic até dezembro de 2020. Estes créditos estão

amparados pela imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, com fulcro no art. 150, VI, “a” da Constituição Federal.

Os créditos do IRPJ foram requeridos por meio de 13 pedidos de restituição protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. No exercício de 2019, a Receita oportunizou a compensação de ofício para 3 processos julgados, que totalizam o valor atualizado monetariamente de R\$ 299.382. Os demais processos de restituição aguardam o julgamento administrativo.

Os créditos de PIS e COFINS, decorrentes de enquadramento indevido de regime de tributação não aplicável a ente imune a impostos, que perfazem o montante atualizado em 31/12/2020 de R\$ 720.732, são objeto de ação judicial. Ressalta-se que estes créditos encontram-se com os prazos prescricionais resguardados pelo protesto judicial e pela ação judicial, garantindo assim o pleito dos créditos relativos aos anos de 2012 à 2017.

Em decorrência de decisão de Diretoria, no exercício de 2020 os créditos tributários do PIS e COFINS, foram desconhecidos em atendimento à Recomendação TCU no Acórdão 9.376/2020-TCU/2ª Câmara.

O saldo de R\$ 251.187 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 50.085, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

#### 11.13 - Outros

OUTROS	31/12/20	31/12/19
Acordos jurídicos - REFIS	2.379	3.121
Débitos de ex-empregados	2.168	49
Parcelamento de multa de fornecedores	167	2.945
Outros débitos de empregados	-	573
<b>TOTAL</b>	<b>4.714</b>	<b>6.688</b>

##### 11.13.1 - Débitos de ex-empregados

Corresponde a valores a receber de ex-empregados. A variação entre os períodos apresentados deve-se, principalmente, a redução da estimativa de perda sobre os valores a receber.

## NOTA 12 - ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

MANTIDOS PARA VENDA	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	31/12/20
Terrenos	137.545	-	(1.545)	(136.000)	-
Prédios	27.838	243	(223)	(27.858)	-
<i>Impairment</i>	(9.553)	(477)	517	9.513	-
<b>TOTAL</b>	<b>155.830</b>	<b>(234)</b>	<b>(1.251)</b>	<b>(154.345)</b>	<b>-</b>

## NOTA 13 - INVESTIMENTOS

### 13.1 - Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos, alugados ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades para investimento evidenciadas abaixo iniciam e permanecem ao longo de 2020 avaliadas pelo método de custo, todavia, em 31 de dezembro de 2020, a fim de garantir uma apresentação mais aderente às características do grupo, o método de avaliação foi alterado para o método de valor justo. Assim, no encerramento no exercício, os imóveis foram ajustados pelos ganhos e perdas a valor justo apurados com base nos laudos de avaliação

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	DEPRECIAÇÃO	ADOÇÃO INICIAL	31/12/20
Terrenos	603.443	829	(266)	277.450	-	-	881.456
Ganho - valor justo - terrenos	-	-	-	-	-	207.673	207.673
Perda - terrenos <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	(100.849)	(100.849)
Perda - valor justo - terrenos	-	-	-	-	-	(174.357)	(174.357)
Prédios	23.432	84	(246)	44.468	1.109	-	68.847
Ganho - valor justo - prédios	-	-	-	-	-	136.169	136.169
Perda - prédios <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	(3.433)	(3.433)
Perda - valor justo - prédios	-	-	-	-	-	(10.381)	(10.381)
<i>Impairment</i>	(75.982)	(35.145)	-	(9.513)	-	120.640	-
<b>TOTAL</b>	<b>550.893</b>	<b>(34.232)</b>	<b>(512)</b>	<b>312.405</b>	<b>1.109</b>	<b>175.462</b>	<b>1.005.125</b>

<sup>1</sup>Referem-se ao saldo de perdas constituídas anteriormente que não foram revertidas na adoção inicial do método de valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

13.2 - Museu

MUSEU	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	31/12/20
Museu	992	72	(2)	(2)	1.060
<b>TOTAL</b>	<b>992</b>	<b>72</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>	<b>1.060</b>

NOTA 14 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO	31/12/2019	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS <sup>1</sup>	DEPRECIÇÃO	31/12/2020
Terrenos	3.455.138	60	(60)	(141.450)	-	3.313.688
<i>Impairment</i> terrenos	(89.022)	(722.195)	422	-	-	(810.795)
Prédios	1.425.652	18.395	-	(16.126)	(39.380)	1.388.541
<i>Impairment</i> prédios	(60.523)	(38.672)	15.240	-	-	(83.955)
Obras em andamento	44.233	2.389	-	(3.572)	-	43.050
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	23.240	4.072	-	3.000	(12.063)	18.249
Imóveis - direito de uso	1.293.124	569.523	(41.049)	-	(207.930)	1.613.668
<b>Total - imóveis</b>	<b>6.091.842</b>	<b>(166.428)</b>	<b>(25.447)</b>	<b>(158.148)</b>	<b>(259.373)</b>	<b>5.482.446</b>
Móveis e utensílios	131.818	9.290	(3.328)	506	(15.027)	123.259
Máquinas e equipamentos	488.491	80.355	(2.288)	72.028	(62.216)	576.370
Veículos	539.391	140.745	(12.302)	(5.232)	(42.705)	619.897
Ferramentas e instrumentos	64	133	(1)	-	(41)	155
Equipamentos de processamento de dados	101.667	55.051	(373)	3.504	(31.075)	128.774
Aquisição de bens imóveis e equipamentos em andamento	123.369	6.797	-	(75.541)	-	54.625
Móveis - direito de uso	-	2.695	(76)	-	(560)	2.059
<b>Total - móveis</b>	<b>1.384.800</b>	<b>295.066</b>	<b>(18.368)</b>	<b>(4.735)</b>	<b>(151.624)</b>	<b>1.505.139</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.476.642</b>	<b>128.638</b>	<b>(43.815)</b>	<b>(162.883)</b>	<b>(410.997)</b>	<b>6.987.585</b>

<sup>1</sup>Estão somadas as transferências os valores relativos a bens sucateados.

14.1 - Arrendamentos

A partir de 2019, os Correios adotaram o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que dispõe que a Empresa deve reconhecer o direito de uso das operações de arrendamento no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo circulante e não circulante descontado a valor presente da obrigação assumida

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

no contrato com a aplicação da taxa incremental de empréstimo. Além disso, para os contratos nos quais a Empresa estiver razoavelmente certa de exercer essa opção de prorrogação ou rescisão, tais fatores passam a ser considerados na mensuração da obrigação. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos arrendamentos no exercício de 2020:

ARRENDAMENTOS	31/12/19	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	DEPRECIÇÃO	APROPRIAÇÃO DE JUROS	PAGAMENTOS	31/12/20
Bens imóveis	1.316.364	573.595	(38.049)	(219.993)	-	-	1.631.917
Bens móveis	-	2.695	(76)	(560)	-	-	2.059
Ativo	1.316.364	576.290	(38.125)	(220.553)	-	-	1.633.976
Passivo por direito de uso	1.340.580	572.218	(41.125)	-	154.983	(309.306)	1.717.350
Passivo	1.340.580	572.218	(41.125)	-	154.983	(309.306)	1.717.350

#### 14.1.1 - Distribuição do passivo

ARRENDAMENTOS	31/12/20	31/12/19
Circulante	310.414	241.098
Não circulante	1.406.936	1.099.482
TOTAL	1.717.350	1.340.580

#### NOTA 15 - INTANGÍVEL

Corresponde a *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

INTANGÍVEL	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE-RÊNCIAS	AMOR-TIZAÇÃO	31/12/20
<i>Softwares</i> , licenciamentos e similares	51.271	17.931	(360)	-	(32.371)	36.471
TOTAL	51.271	17.931	(360)	-	(32.371)	36.471

## NOTA 16 - PASSIVO

### 16.1 - Fornecedores

Representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte.

FORNECEDORES	31/12/20	31/12/19
Material, produtos e serviços	989.196	996.192
Consignações e outros	157	151
<b>TOTAL</b>	<b>989.353</b>	<b>996.343</b>

### 16.2 - Salários e consignações

Correspondem às obrigações devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como provisões de férias à base 1/12 (um doze avos), registradas mensalmente e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES	31/12/20	31/12/19
Férias	890.765	1.113.747
INSS - empregado	40.070	40.343
Postalís (PostalPrev) - empregado	31.274	32.451
Obrigações trabalhistas	16.338	16.986
Postalís (BD) - empregado	11.387	11.077
Retenção SEST/SENAT	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>989.835</b>	<b>1.214.606</b>

#### 16.2.1 - Férias

O julgamento Dissídio Coletivo de Greve dos Correios - 1001203-57.2020.5.00.0000, realizado em 21/09/2020 pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, estabeleceu, dentre outras questões relativas ao processo, pela alteração no valor pago na gratificação de férias de 70% para 1/3, resultando na queda do valor referente a essa rubrica em 2020 comparativamente ao ano anterior.

### 16.3 - Encargos sociais

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS	31/12/20	31/12/19
INSS - empregador	106.822	112.297
FGTS	49.473	50.358
Postalís (BD) - empregador	44.360	43.077
Postalís (PostalPrev) - empregador	30.787	31.513
Salário educação	10.533	10.660
Senai adicional	1.664	852
INSS autônomos/avulsos	239	348
<b>TOTAL</b>	<b>243.878</b>	<b>249.105</b>

### 16.4 - Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/12/20	31/12/19
IR retido de empregados	51.407	47.244



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES**

<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/19</b>
Retenções na fonte - Lei nº 9.340/96	50.376	36.654
<b>COFINS</b>	<b>48.746</b>	<b>40.961</b>
PIS	10.562	8.875
ICMS	8.343	6.402
ISSQN - retido de terceiros	7.163	4.170
INSS Empresas - retenção na fonte	6.987	4.830
IR retido de terceiros	2.495	2.288
INSS retenção - contribuinte individual	70	155
Outras obrigações tributárias	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>185.149</b>	<b>151.580</b>

### **16.5 - Arrecadações e recebimentos**

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir.

<b>ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/19</b>
Recebimento de imposto de importação	18.862	12.093
Recebimento para o Postalís	16.383	17.016
Emissão de vale postal nacional	8.337	6.830
Importação/exportação - vale postal internacional	1.019	661
Outros recebimentos/arrecadações	220	198
<b>TOTAL</b>	<b>44.821</b>	<b>36.798</b>

#### **16.5.1 - Recebimento de imposto de importação**

Referem-se aos valores arrecadados, relativos à cobrança do imposto de importação, quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

#### **16.5.2 - Recebimento para o Postalís**

Compreende os valores de empréstimos consignados dos funcionários, descontados em folha de pagamentos, para repasse ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalís).

### **16.6 - Adiantamento de clientes**

Os valores de R\$ 10.766, em 2020, e de R\$ 6.863, em 2019, representam os montantes recebidos de clientes, provenientes de faturas emitidas e pagas indevidamente ou a maior.

### **16.7 - Contas internacionais a pagar**

Os valores dessa rubrica representam as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios.

### **16.8 - Precatórios**

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

<b>PRECATÓRIOS</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/19</b>
Circulante	188.763	151.365
Não circulante	22.864	52.370
<b>TOTAL</b>	<b>211.627</b>	<b>203.735</b>

## 16.9 - Empréstimos e financiamentos

A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

MOVIMENTAÇÃO	SALDO EM 31/12/19	ADIÇÃO	ENC. FINANC. <sup>1</sup>	AMORTIZAÇÃO PRINCIPAL	AMORTIZAÇÃO JUROS	DESPESA	SALDO EM 31/12/20
CCB - BB	363.388	-	-	(156.250)	(9.583)	16.397	213.952
CCB - ABC	-	250.000	(4.797)	(166.667)	(12.975)	16.973	82.534
<b>TOTAL</b>	<b>363.388</b>	<b>250.000</b>	<b>(4.797)</b>	<b>(322.917)</b>	<b>(22.558)</b>	<b>33.370</b>	<b>296.486</b>

<sup>1</sup> - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão, pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e pelas despesas bancárias.

COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/20	31/12/19
Circulante	266.107	181.694
Não circulante	30.379	181.694
<b>TOTAL</b>	<b>296.486</b>	<b>363.388</b>

CARACTERÍSTICAS	CCB <sup>1</sup> - BANCO DO BRASIL
Saldo da obrigação	750.000
Data da emissão	28/12/16
Vencimento final	28/02/22
Remuneração	De 125 a 130% da taxa média do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de janeiro/17
Encargos financeiros totais <sup>2</sup>	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais a partir de 28/01/18
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias

<sup>1</sup> - Cédula de Crédito Bancário

<sup>2</sup> - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão *flat*, pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e pelas despesas bancárias.

De acordo com os termos da CCB do Banco do Brasil, a Empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

EXERCÍCIO	DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
2020	Inferior a 2,5x

Em 2020 a relação dívida líquida/EBITDA foi de 0,99, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	31/12/20	31/12/19
Caixa e aplicações	579.026	547.025
Arrendamento e empréstimos e financiamentos	2.013.836	1.703.968
A - Dívida líquida	1.434.810	1.156.943
B - EBITDA	1.454.968	675.149
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA (A/B)</b>	<b>0,99</b>	<b>1,71</b>

CARACTERÍSTICAS	CCB - BANCO ABC
Saldo da obrigação	250.000
Data da emissão	03/03/20
Vencimento final	02/03/21
Remuneração	100% da taxa média do CDI, acrescida de 1,9% ao ano
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de março/20
Encargos financeiros totais <sup>1</sup>	4.797
Amortizações	6 parcelas mensais a partir de 28/09/20
Garantia	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios

<sup>1</sup> - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão e pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.

#### 16.10 - Receitas a apropriar

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

RECEITAS A APROPRIAR	31/12/20	31/12/19
Aluguel de caixas postais	23.226	23.707
Faturamento por estimativa	13.404	5.655
<b>TOTAL</b>	<b>36.630</b>	<b>29.362</b>

#### 16.11 - Convênio Postal Saúde

Trata-se de obrigações a pagar para a operadora referente ao plano de saúde ofertado aos empregados e respectivos dependentes. A redução das obrigações com a Operadora deve-se aos repasses adicionais realizados pelos Correios em 2020, além da redução da despesa assistencial no período provocada pela queda na utilização.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/12/20	31/12/19
Convênio CorreiosSaúde	132.504	525.842
Saúde ocupacional	20.656	18.628
Benefício de medicamentos	5.145	3.167
<b>TOTAL</b>	<b>158.305</b>	<b>547.637</b>

##### 16.11.1 - Convênio Postal Saúde

Corresponde às obrigações relativas ao plano CorreiosSaúde, contemplando as despesas assistenciais, administrativas, ambulatoriais, ressarcimento ao SUS e as demais obrigações relativas à manutenção da Operadora.

Em 2020 a Mantenedora realizou o reforço dos repasses efetuados à Postal Saúde visando o cumprimento do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras - TAOEF, firmado entre a Operadora e a Agência Nacional de Saúde - ANS em fevereiro de 2019, em que um dos objetivos é regularizar os desenquadramentos econômicos identificados pelo órgão regulador.

Em abril de 2021, a ANS analisou os demonstrativos contábeis da operadora e identificou a correção integral dos problemas que ensejaram o TAOEF, razão pela qual se decidiu pelo encerramento do Termo pactuado e pelo arquivamento do processo administrativo.

#### 16.12 - Outros débitos

OUTROS DÉBITOS	31/12/20	31/12/19
Apuração da venda de ativo fixo e outros	14.921	3.052
Caução de fornecedores	14.640	13.344
Convênio SESI/SENAI	13.024	11.613
Retenções judiciais	6.615	2.713
Prestação de contas AGF/ACF	2.303	1.632
Ressarcimento ao SUS	2.249	2.249
<b>TOTAL</b>	<b>53.752</b>	<b>34.603</b>

#### 16.13 - Benefício pós-emprego

Os Correios são patrocinadores do Postalís e da Postal Saúde, que asseguram, respectivamente, a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

##### 16.13.1 - Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA RECONHECIDA	PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Passivo circulante	288.180	266.160	265.119	251.736
Encargos sociais	44.360	43.077	-	-
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	243.820	223.083	265.119	251.736
Passivo não circulante	5.727.784	3.419.014	-	3.231.789
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	5.727.784	3.419.014	-	3.231.789
<b>TOTAL DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL</b>	<b>6.015.964</b>	<b>3.685.174</b>	<b>265.119</b>	<b>3.483.525</b>

##### 16.13.2 - Plano CorreiosSaúde II

O Plano CorreiosSaúde II é o plano de assistência médica/hospitalar e odontológica, com a cobrança de mensalidades e coparticipação, oferecido aos empregados ativos, aos aposentados nos Correios que permanecem na ativa, aos aposentados desligados sem justa causa ou a pedido e aos aposentados nos Correios por invalidez, bem como a seus dependentes cônjuges/companheiros e filhos beneficiários/menor sob guarda do Plano Correios Saúde ou no plano que o suceder.

A partir de 1º de janeiro de 2020, em alinhamento à Suspensão Liminar SL nº 1.264/DF, de 18/11/2019, do Supremo Tribunal Federal (STF), a Operadora aprovou as adequações na forma de custeio do plano CorreiosSaúde II, por meio do Conselho Deliberativo da Operadora e do Conselho de Administração dos Correios definindo os percentuais a serem aplicados na cobrança da mensalidade.

A modificação no regulamento do plano objetivou a paridade entre a contribuição do empregado e a do empregador, com 50% do valor total das despesas custeadas pelos Correios e 50% pelos beneficiários.

Em setembro/2020, com a modificação dos termos relativos à cláusula atinente ao plano de saúde - promovida pela sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo de Greve - Processo nº TST-DCG-1001203- 57.2020.5.00.0000 - 2020, a concessão do benefício passou a seguir o disposto no Regulamento do Plano, que assegura a manutenção dos aposentados no plano desde que esses beneficiários assumam o pagamento integral.

A implementação da alteração no custeio dos beneficiários aposentados e seus dependentes ocorrerá a partir de 1º de agosto de 2021.

Diante da modificação no formato de custeio, considerando que não haverá despesa para a patrocinadora referente a concessão desse benefício aos aposentados, foi realizado o desreconhecimento parcial do passivo no montante de R\$ 3.103.356, permanecendo na obrigação o total de R\$ 265.119 correspondente a estimativa de despesa para o período de janeiro de 2021 a julho de 2021.

Cabe destacar que as mudanças ocorridas no plano de saúde tem o intuito de adequar os benefícios ao que dispõe a Resolução CGPAR nº 23 de 2018, cujo prazo de implementação é até janeiro de 2022.

### **16.13.3 - Planos de previdência complementar**

#### **16.13.3.1 - PostalPrev - CV**

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

#### **16.13.3.2 - Postalis - Plano de Benefício Definido - PBD**

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como “em extinção”. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicou em fevereiro de 2020 o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, assinado pelo Postalis, PREVIC e Correios. O referido termo prevê o desenvolvimento de uma estratégia previdenciária para o tratamento do desequilíbrio técnico do plano, cujo cronograma estabelece 24 meses para a execução.

#### 16.13.4 - Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de rotatividade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a Empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução nº 30/2018 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

#### 16.13.5 - Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelos Correios

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ativos	85.747	88.608	49.506	50.293	83.207	96.236
Assistidos	4.689	4.578	33.191	33.877	25.501	30.961
Dependentes	-	-	-	-	146.811	171.512
<b>TOTAL</b>	<b>90.436</b>	<b>93.186</b>	<b>82.697</b>	<b>84.170</b>	<b>255.519</b>	<b>298.709</b>

#### 16.13.6 - Valor justo dos ativos dos planos PostalPrev e Benefício Definido

Somente os planos de previdência geridos pelo Postalís (PostalPrev e de Benefício Definido - PBD), possuem ativos financeiros para a cobertura dos riscos atuariais.

Na elaboração desse documento são considerados parâmetros como a modalidade do plano, o perfil da massa de participantes, os fluxos de pagamentos futuros dos benefícios e as opções de investimento disponíveis, considerando suas rentabilidades e riscos. Assim, os recursos devem ser aplicados conforme as necessidades dos planos.

Os investimentos devem assegurar a solvência, a liquidez e o equilíbrio dos planos de benefícios e, por esse motivo, existem regras prudenciais e de alocação para cada uma das modalidades de investimento.

As regras operacionais tratam de procedimentos administrativos relacionados aos investimentos, tais como a designação de um administrador estatutário tecnicamente qualificado, a realização de controles internos, a avaliação de riscos dos investimentos e a contratação de serviço de custódia para guarda de títulos e liquidação de operações de compra e venda. Já as regras de alocação de recursos definem limites máximos para aplicação dos recursos em relação a cada plano e ao total administrado pela entidade.

A Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, é a norma que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pelos Correios. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

O cálculo do valor justo dos ativos dos planos de previdência, foi realizado pela consultoria atuarial e tomou por base informações contidas em laudos de avaliação, demonstrações contábeis, pareceres de auditores independentes e notas explicativas, carteiras de investimentos disponibilizadas pelos agentes custodiantes, dentre outras informações. Na análise foram aplicadas metodologias universalmente empregadas conforme o ativo mensurado, respeitada a legislação subjacente.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES**

O plano CorreiosSaúde II, gerido pela Postal Saúde, não possui ativos. O demonstrativo a seguir evidencia a distribuição dos ativos justos, por categoria:

CATEGORIA DE ATIVOS (VALOR JUSTO)	POSTALPREV		PBD	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Títulos públicos	6.083.848	5.357.169	1.452.052	1.742.332
Créditos privados e depósitos	84.783	73.933	39.789	50.550
Ações	14.057	20.204	31.003	51.487
Fundos de investimentos	796.890	854.209	1.310.816	882.639
Empréstimos e financiamentos	402.824	438.277	232.514	232.043
Investimentos mobiliários	-	-	278.136	271.816
Depósito judicial	-	5	32.415	17.306
Valor justo da parcela CD	(6.331.508)	(5.802.008)	-	-
Ajustes <sup>2</sup>	(350.518)	(299.959)	18.571	(4.306)
<b>TOTAL</b>	<b>700.376</b>	<b>641.830</b>	<b>3.395.296</b>	<b>3.243.867</b>

<sup>2</sup>Ajustes previstos no item 114 do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados.

#### **16.13.7 - Avaliação atuarial**

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM n° 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa. O valor presente da obrigação de benefício definido, bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

### 16.13.7.1 - Principais premissas

As premissas usadas na avaliação atuarial, considerando as bases de dados coletadas em dezembro de 2019 e 2020:

PRINCIPAIS PREMISSAS	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<b>I) Financeiras</b>						
Taxa de juros nominal no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	10,26%	10,98%	10,29%	10,90%	10,30%	10,89%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,68%	5,92%	5,71%	5,95%	5,71%	5,96%
Projeção de aumento médio dos salários	6,06%	6,18%	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento médio dos benefícios	3,20%	4,10%	3,20%	4,10%	N/A	N/A
Taxa média de inflação anual	3,20%	4,10%	3,20%	4,10%	3,20%	4,10%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	10,26%	10,98%	10,29%	10,90%	10,30%	10,89%
Taxa de juros nominal no final do exercício	9,06%	10,26%	9,09%	10,29%	9,09%	10,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no final do exercício	9,06%	10,26%	9,09%	10,29%	N/A	N/A
Taxa dos crescimentos reais do Plano de Saúde (HCCTR)	N/A	N/A	N/A	N/A	0,89%	0,86%
Aging Factor (envelhecimento)	N/A	N/A	N/A	N/A	2,16%	2,20%
<b>II) Demográficas</b>						
Taxa de rotatividade	3,44% até aposentadoria e 0,00% após	2,79% até aposentadoria e 0,00% após	2,52% até aposentadoria e 0,00% após	1,33% até aposentadoria e 0,00% após	3,44% até aposentadoria e 0,00% após	2,79% até aposentadoria e 0,00% após
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.20%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.20%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS (a.28%)	RP 2000 DISABLED M&F	WINKLEVOSS (s.39%)	RP 2000 DISABLED M&F	WINKLEVOSS (a.28%)	RP 2000 DISABLED M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte (s.61%)	Light Forte (s.55%)	Álvaro Vindas (s.17%)	Álvaro Vindas	Light Forte (s.61%)	Light Forte (s.55%)
<b>Idade de aposentadoria</b>	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019					



#### 16.13.7.1.1 - Taxa de juros real de desconto atuarial anual

A metodologia de cálculo das taxa de desconto de benefícios pós-emprego orientou-se pela normatização disposta nos itens 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1), definindo, objetivamente, títulos de alta qualidade como aqueles cujas notas de *rating* estejam inseridas na escala de grau de investimento (*investment grade*), de acordo com a categorização estabelecida pelas agências de classificação de risco *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*.

Para o enquadramento dos papéis na escala de investimento, adotou-se o entendimento de que os títulos de alta qualidade são aqueles cujas notas de classificação de risco sejam Baa, BBB ou superior.

A partir dos critérios estabelecidos para a análise de *rating*, foi selecionada a amostra das debêntures negociadas no mercado secundário em 31/12/2020, conforme informações disponibilizadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A amostra representou um total de 236 observações.

Em seguida, foram apurados os títulos corporativos inseridos na escala de grau de investimento, ou seja, com notas de classificação de risco iguais ou superiores a Baa3 (*Moody's*) e BBB- (*Standard and Poor's* e *Fitch*). Nesta análise, estabeleceu-se o critério adicional que as análises de *rating* (revisão ou classificação), realizadas pelas agências de classificação de risco, ocorressem em 2020, ano ao qual se referem as demonstrações contábeis.

Logo, as taxas de desconto dos benefícios pós-emprego foram construídas a partir de 223 papéis que atenderam os requisitos estabelecidos.

As taxas de desconto foram calculadas pelo método da taxa média ponderada.

Por definição, as taxas de juros anuais refletiram a média geométrica dos rendimentos reais dos papéis com vencimentos dentro de um mesmo ano. Para a conjectura de ausência de vencimentos dos instrumentos financeiros em determinado ano, aplicou-se a taxa média geométrica entre os rendimentos observados. Para períodos superiores ao último vencimento (2044) foi utilizado o método da extrapolação.

As remunerações tomadas como referenciais coincidiram com as taxas de juros reais anuais de emissão dos instrumentos financeiros, por serem as taxas apresentadas em prospecto pela Empresa emissora, ou seja, efetivamente pagas. As debêntures listadas possuem, como característica, pagamentos de juros reais, acrescidos da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para cada um dos planos de benefícios pós-emprego (PostalPrev, BD e CorreiosSaúde II), as taxas de juros reais (rendimentos) anuais dos títulos corporativos foram ponderadas pela participação dos respectivos fluxos de pagamento das obrigações, no mesmo período, em relação ao seu total. As informações relativas aos fluxos de pagamentos dos planos de benefício pós-emprego tiveram como fonte de dados a consultoria atuarial.

#### 16.13.7.1.2 - Utilização de títulos corporativos para a composição da taxa de desconto atuarial

A Administração, com o intuito de sedimentar os estudos técnicos elaborados internamente, contratou a Mercer para a emissão de posicionamento independente quanto aos critérios utilizados pelas áreas técnicas dos Correios para a definição dos instrumentos financeiros que referenciam a construção das taxas de desconto atuariais dos benefícios pós-emprego.

A opinião apresentada no Parecer concluiu que, ainda que a metodologia utilizada pelos Correios não seja amplamente utilizada no mercado e demais Empresas cumpre todos os requisitos previstos no CPC 33(R1) e que portanto são passíveis de utilização para a determinação da taxa de juros para fins de mensuração do compromisso pós-emprego.

Destaca-se que, relativo ao assunto, recentemente o Banco Central do Brasil, mediante Resolução BCB n° 050/2020, admitiu a adoção de critério alternativo àquele adotado no mercado, porém igualmente aplicável.

A flexibilização promovida pelo Banco Central demonstra que a discussão sobre o tema deve se acentuar não se restringindo às práticas usuais. A diferença entre a obrigação atuarial apurada mediante a utilização da taxa composta por títulos públicos e títulos corporativos é apresentada a seguir:

OBRIGAÇÃO ATUARIAL EM 31/12/2020	NOTA	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
		31/12/20	Taxa	31/12/20	Taxa	31/12/20	Taxa
Títulos públicos		(632.603)	3,52%	(20.177.264)	3,52%	(267.842)	3,52%
Variação		138.079	2,16%	4.728.938	2,19%	2.725	2,19%
Títulos corporativos		(494.524)	5,68%	(15.448.326)	5,71%	(265.117)	5,71%

#### 16.13.7.1.3 - Taxa média de inflação anual

A taxa de inflação adotada como parâmetro para o cálculo das taxas de juros nominais considerou a média geométrica das expectativas de mercado (medianas), divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 31/12/2020, para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mesmo indexador das debêntures.

O período de referência considerado na apuração da taxa média geométrica de inflação (3,20%) foi o intervalo entre 2021 e 2129, de forma a abranger o fluxo de maturidade mais longa. Observa-se que a mediana das projeções de mercado para o IPCA, disponibilizadas pelo BACEN, em 31/12/2020, limitavam-se ao ano 2024. Por conseguinte, a última projeção disponível do índice foi extrapolada até o último ano dos fluxos de pagamento (2129).

#### 16.13.7.1.4 - Tábua de mortalidade

Após teste de aderência que levou em consideração 9 diferentes tábuas de mortalidade, a consultoria atuarial identificou a BR-EmSsb-v.2015 M&F como a mais adequada para todos os planos, e por essa razão foi adotada no exercício de 2020.

#### 16.13.7.2 - Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

CONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(556.736)	(609.522)	(10.614.213)	(9.403.617)	(3.483.525)	(3.918.101)
Custo dos juros	(53.525)	(66.926)	(1.021.214)	(670.048)	(332.874)	(426.681)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

CONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Custo do serviço corrente	(9.609)	(8.997)	-	(14.401)	(63.993)	(77.790)
Benefícios pagos pelo plano	22.123	44.452	859.178	632.315	301.886	383.086
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	103.223	84.257	(4.672.077)	(1.158.462)	2.094.866	365.994
Decorrentes de ajuste de experiência	24.769	108.793	(29.814)	(168.147)	241.226	646.472
Decorrentes de alterações de premissas biométricas/demográficas	90.115	(8.849)	(703.930)	20.909	(888)	64.477
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	(11.661)	(15.687)	(403.133)	(1.011.224)	(304)	(277.120)
Decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos	-	-	-	-	(30.003)	(67.835)
Decorrentes da revisão da estimativa do compartilhamento de risco	-	-	(3.535.200)	-	-	-
Reversão da obrigação constituída em Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.884.835	-
Custo do serviço passado	-	-	-	-	1.218.521	189.967
<b>VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>(494.524)</b>	<b>(556.736)</b>	<b>(15.448.326)</b>	<b>(10.614.213)</b>	<b>(265.119)</b>	<b>(3.483.525)</b>

#### 16.13.7.2.1 - PBD

Em relação a avaliação anterior, o aumento no valor da obrigação atuarial é justificado: pelas mudanças nas premissas demográficas e financeiras, pelas variações nos dados cadastrais, pelos desvios entre os eventos estimados e ocorridos face a substituição de tábuas atuariais e pela revisão na estimativa do compartilhamento de risco, dado o nível de experiência e as informações adicionais disponíveis. De igual modo também ocorreu a elevação no valor justo dos ativos do plano, embora que em menor proporção.

#### 16.13.7.2.2 - CorreiosSaúde II

A redução da obrigação atuarial justifica-se pela implementação do custeio integral das despesas com saúde pelos aposentados a partir de agosto de 2021.

#### 16.13.7.3 - Conciliação do valor justo dos ativos

CONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	POSTALPREV		PBD	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	641.830	858.795	3.243.865	2.890.834
Receita de juros	70.732	94.296	297.758	315.101
Contribuições do patrocinador	4.834	39.683	279.234	255.677
Contribuições dos participantes	5.161	48.804	72.351	75.807
Benefícios pagos pelo plano	(22.123)	(44.452)	(652.296)	(632.315)
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	148.647	(355.296)	175.486	338.761
<b>VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>849.081</b>	<b>641.830</b>	<b>3.416.398</b>	<b>3.243.865</b>

#### 16.13.7.4 - Status dos planos e ativo/(passivo) líquido reconhecido

STATUS DOS PLANOS E ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Valor presente da obrigação	(494.524)	(556.736)	(15.448.326)	(10.614.213)	(265.119)	(3.483.525)
Valor justo dos ativos	849.081	641.830	3.416.398	3.243.865	-	-
Valor presente da obrigação atuarial líquida	354.557	85.094	(12.031.928)	(7.370.348)	(265.119)	(3.483.525)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (parcela atribuída aos participantes) <sup>1</sup>	-	-	(6.015.964)	(3.685.174)	-	-
<i>Superavit/(Deficit) do plano</i>	354.557	85.094	(6.015.964)	(3.685.174)	(265.119)	(3.483.525)
Efeito do teto do ativo (valor do <i>superavit</i> que não poderá ser reconhecido)	354.557	85.094	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

STATUS DOS PLANOS E ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
PASSIVO (ATIVO) RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(6.015.964)	(3.685.174)	(265.119)	(3.483.525)

<sup>1</sup>O valor da obrigação do plano CorreiosSaúde II refere-se à parcela dos Correios.

#### 16.13.7.5 - Movimentação do ativo/(passivo) líquido reconhecido no balanço

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ativo/(passivo) líquido no início do exercício	-	-	(3.685.174)	(3.256.392)	(3.483.525)	(3.918.101)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	4.768	39.683	279.234	255.677	301.886	383.086
Valores reconhecidos no resultado da Empresa	(4.448)	39.807	(361.728)	(293.540)	821.654	(314.504)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(320)	(79.490)	(2.248.296)	(390.919)	2.304.896	365.994
PASSIVO (ATIVO) RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(6.015.964)	(3.685.174)	(265.119)	(3.483.525)

#### 16.13.7.6 - Valores reconhecidos no resultado do exercício

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Custo do serviço corrente líquido	(4.448)	39.807	-	61.406	(63.993)	(77.790)
Custo do serviço corrente	(9.609)	(8.997)	-	(14.401)	(63.993)	(77.790)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Contribuições dos participantes	5.161	48.804	-	75.807	-	-
Juros líquidos	-	-	(361.728)	(354.946)	(332.874)	(426.681)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(53.524)	(66.926)	(659.486)	(670.047)	(332.874)	(426.681)
Retorno esperado do ativo justo dos planos	70.732	94.296	297.758	315.101	-	-
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(17.208)	(27.370)	-	-	-	-
Custo do serviço passado <sup>1</sup>	-	-	-	-	1.218.521	189.967
<b>VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(4.448)</b>	<b>39.807</b>	<b>(361.728)</b>	<b>(293.540)</b>	<b>821.654</b>	<b>(314.504)</b>

**16.13.7.7 - Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes**

VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ganhos/(perdas) - valor justo dos ativos do plano	148.713	(355.296)	175.486	338.761	-	-
<b>Ganhos/(perdas) - obrigação de benefício definido</b>	<b>103.223</b>	<b>84.257</b>	<b>(4.672.078)</b>	<b>(1.158.462)</b>	<b>2.094.866</b>	<b>365.994</b>
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses demográficas/biométricas	90.115	(8.848)	(703.931)	20.909	(888)	64.477
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses financeiras	(11.661)	(15.687)	(403.133)	(1.011.224)	(304)	(277.120)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ganhos/(perdas) resultantes de ajustes de experiência	24.769	108.793	(29.814)	(168.147)	241.226	646.472
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração na expectativa de crescimento dos custos médicos	-	-	-	-	(30.003)	(67.835)
Reversão da obrigação constituída em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes			-	-	1.884.835	
Decorrentes da revisão da estimativa de compartilhamento de risco			(3.535.200)	-		
Mudança do teto do ativo	(252.256)	191.548	-	-	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	2.248.296	428.782	-	-
<b>VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>(320)</b>	<b>(79.490)</b>	<b>(2.248.296)</b>	<b>(390.919)</b>	<b>2.094.866</b>	<b>365.994</b>

**16.13.7.8 - Análise de sensibilidade das principais hipóteses**

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE		CRESCIMENTO SALARIAL/CRESCIMENTO DOS CUSTOS MÉDICOS (HCCTR)	
	- 0,25%	+ 0,25%	Suaviz.10%	Agrav.10%	- 0,25%	+ 0,25%
POSTALPREV	(12.804)	12.134	(3.570)	3.291	295	(302)
PBD	(440.169)	419.534	(208.155)	193.875	N/A	N/A
CORREIOSSAÚDE II	(305)	304	(234)	234	322	(322)

Variação do *superavit* / (*deficit*) atribuído aos Correios.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

PARÂMETROS	31/12/20
POSTALPREV	(494.524)
PBD	(15.448.326)
CORREIOSSAÚDE II	(265.119)

**16.13.7.9 - Estimativa de contribuição da patrocinadora (livre de despesa administrativa) para o exercício de 2021**

ESTIMATIVA DE CONTRIBUIÇÃO DA PATROCINADORA (LÍQUIDA DE DESPESA ADMINISTRATIVA)	2021
POSTALPREV	4.921
PBD	288.180
CORREIOSSAÚDE II	265.119

**16.13.7.10 - Projeção de receitas/(despesas) para o exercício de 2021**

PROJEÇÃO DE RECEITAS/(DESPESAS)	POSTALPREV	PBD
Custo do serviço corrente líquido	3.377	-
Custo do serviço corrente	(1.949)	-
Contribuições dos participantes	5.326	-
Juros líquidos	-	(521.228)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(41.760)	(803.879)
Retorno esperado do ativo justo dos planos	74.849	282.651
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(33.089)	-
<b>TOTAL DA RECEITA/(DESPESA) ESPERADA</b>	<b>3.377</b>	<b>(521.228)</b>

**16.13.7.11 - Perfil de vencimento das obrigações atuariais**

PERFIL DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS <sup>1</sup>	POSTALPREV	PBD	CORREIOSSAÚDE II
Até 1 ano	31.466	946.666	265.119
De 1 ano até 2 anos	30.099	919.131	-
De 2 anos até 5 anos	81.806	2.574.825	-



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

PERFIL DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS <sup>1</sup>	POSTALPREV	PBD	CORREIOSSAÚDE II
Acima de 5 anos	351.153	11.007.704	-
<b>TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>494.524</b>	<b>15.448.326</b>	<b>265.119</b>

<sup>1</sup>Valores nominais, sem efeitos inflacionários e desconto a valor presente.

#### 16.14 - Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.

a) cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franquias e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.

b) fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2020, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

16.14.1 - Movimentação das provisões passivas contingenciadas

ÂMBITO	NATUREZA	31/12/19	REVERSÃO/ CONVERSÃO	PROVISÕES ADICIONAIS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	ALTERAÇÃO NO VALOR PROVISIONADO INICIALMENTE <sup>1</sup>	31/12/20
Judicial	Cível	16.019	(10.315)	52.277	14.399	249	72.629
	Fiscal	51.079	(1.179)	17.102	6.352	1	73.355
	Trabalhista	328.389	(144.979)	266.886	16.262	30.094	496.652
<b>Total - judicial</b>		<b>395.487</b>	<b>(156.473)</b>	<b>336.265</b>	<b>37.013</b>	<b>30.344</b>	<b>642.636</b>
Administrativo	Cível	156	-	-	17	-	173
	Fiscal	81	-	117	17	-	215
	Trabalhista	29	(30)	-	1	-	-
<b>Total - administrativo</b>		<b>266</b>	<b>(30)</b>	<b>117</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>388</b>
<b>TOTAL</b>		<b>395.753</b>	<b>(156.503)</b>	<b>336.382</b>	<b>37.048</b>	<b>30.344</b>	<b>643.024</b>

<sup>1</sup> - Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do Departamento Jurídico.

O acréscimo nas provisões decorrem das revisões processuais em andamento pelo Departamento Jurídico.

Em 31 de dezembro de 2020, os Correios eram réus em 8.298 processos classificados como risco de perda provável. Os principais processos em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT	Trabalhista - Ação coletiva PCCS/1195	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	41.790
INSS	Fiscal - Contribuições previdenciárias	Fase: Trânsito em julgado. Aguardando a expedição de precatório.	22.021
Município de Salvador - BA	Fiscal - ISS	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	18.642
Município de Goiânia - GO	Fiscal - ISS	Fase: Execução fiscal.	14.236
SINCOTELBA	Trabalhista	Fase: Execução. Homologação de cálculos.	7.781

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

AUTOR	NATUREZA	ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT/AM	Trabalhista - Equiparação a bancários	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	7.778
SINTCOM/PR	Trabalhista - Ação coletiva - diárias de viagem	Fase: Execução. Trânsito em julgado.	7.645
SINTECT AM	Trabalhista - URP - Fevereiro/1989	Fase: Execução. Valor apresentado pelo exequente.	7.060
INSS - GO	Fiscal - recolhimentos de INSS	Fase: Execução	6.373
Maria de Lourdes Castro e Outros	Trabalhista - Reintegração	Fase: Execução	4.644
SINTECT	Trabalhista - Ação coletiva PCCS/1195	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	41.790

#### 16.14.2 - Processos judiciais e administrativos não provisionados

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2020, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 21.009 processos, conforme demonstrado na tabela.

31/12/20 NATUREZA	ÂMBITO JUDICIAL		ÂMBITO ADMINISTRATIVO		TOTAL	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	13.035	697.030	19	87	13.054	697.117
Cível	7.152	273.125	9	8.549	7.161	281.674
Fiscal	638	413.146	156	15.605	794	428.751
Criminal	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>20.825</b>	<b>1.383.301</b>	<b>184</b>	<b>24.241</b>	<b>21.009</b>	<b>1.407.542</b>

Informa-se que existem ações propostos contra os Correios que reivindicam a realização de aportes a título de RTSA e a anulação ou revisão do plano de equacionamento de *deficit* e das contribuições extraordinárias deles decorrentes. Para este cenário a área jurídica interna entende que as referidas ações possuem risco remoto, opinião esta comungada pelos assessores jurídicos contratados para avaliar o risco destas ações, pois consideram remoto o risco de sucesso, bem como remota a possibilidade, em razão delas de constituição de passivo de prazo ou de valor incerto, e de conseqüente saída de recursos em razão das obrigações imputadas à Empresa.

### 16.15 - Obrigações trabalhistas

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Incentivado (PDI). O PDI foi dividido em dois ciclos, sendo o primeiro finalizado com desligamentos entre fevereiro e dezembro de 2017, e o segundo com desligamentos iniciados em dezembro de 2017, com término em 2019.

No total foram 8.005 empregados que aderiram ao PDI, com direito ao recebimento do IFD (6.157 relativos ao primeiro ciclo e 1.848 referentes ao segundo ciclo) por meio de pagamentos mensais e consecutivos de caráter indenizatório.

Para os empregados desligados no primeiro ciclo, os desembolsos compreenderão o período de 96 meses, a partir do desligamento, com valor limitado a R\$ 10 mil reais. Já aos empregados que aderiram ao segundo ciclo, os pagamentos ocorrerão por 93 meses, sendo o valor máximo limitado a R\$ 9,8 mil.

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram anualmente corrigidos pelas projeções do IPCA e ajustados a valor presente por uma taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12.

O critério adotado para seleção do título foi a *duration* inferior mais próxima aos fluxos de desembolsos do IFD, sendo selecionada a Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F), com vencimento em 1º de janeiro de 2025. Esse título reflete, adicionalmente, o custo de oportunidade entre o lançamento do PDI e a manutenção dos recursos no caixa.

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

PERÍODO	SALDO INICIAL	ADIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	APROPRIA. DO AVP	AMORTIZAÇÃO	SALDO FINAL
31/12/20	942.856	2.568	31.043	40.142	(215.878)	800.731

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	31/12/20	31/12/19
Circulante	176.781	170.550
Não circulante	623.950	772.306
<b>TOTAL</b>	<b>800.731</b>	<b>942.856</b>

### 16.16 - Outros

OUTROS	31/12/20	31/12/19
Parcelamento - ressarcimento ao SUS	1.606	3.855
Benfeitorias em imóveis de terceiros	229	
Honorários de sucumbência	-	388
<b>TOTAL</b>	<b>1.835</b>	<b>4.243</b>

## NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 17.1 - Capital

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totaliza R\$ 3.382.514, constituído integralmente pela União.

### 17.2 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES**

Em dezembro de 2018, com base na Lei nº 13.479 de 22 de novembro de 2018, a União efetuou aporte no valor de R\$ 224.000 com o objetivo de implantar o Programa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações "Participação da União no Capital - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Implantação de Projetos de Investimentos Referentes à Etapa Adequação do Modelo Operacional dos Correios" Pertencente ao Programa DEZ em 1 - Nacional. Até dezembro de 2020 foi capitalizado montante de R\$ 203.056. A integralização do valor de R\$ 20.944 será submetido à Assembleia Geral Extraordinária em 2021.

### 17.3 - Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial do CPC 27, conforme detalhado a seguir:

BENS IMÓVEIS	31/12/19	REALIZAÇÃO	IMPAIRMENT	ADOÇÃO INICIAL - PROP. INVESTIMENTO	31/12/20
Custo atribuído	4.657.028	(24.870)	(794.371)	(166.123)	3.671.664
Tributo diferido	(419.128)	2.238	71.488	14.951	(330.451)
<b>TOTAL</b>	<b>4.237.900</b>	<b>(22.632)</b>	<b>(722.883)</b>	<b>(151.172)</b>	<b>3.341.213</b>

### 17.4 - Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados e as variações de mercado das participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), todos líquidos dos tributos diferidos.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	31/12/19	MOV.	31/12/20
A - Ganhos/perdas atuariais e tributos diferidos	(5.088.768)	(139.941)	(5.228.709)
Ganhos/perdas atuariais	(5.550.901)	(153.750)	(5.704.651)
Postalis - PBD	(3.039.940)	(2.248.296)	(5.288.236)
CorreiosSaúde	(2.094.866)	2.094.866	-
PostalPrev	(416.095)	(320)	(416.415)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas	462.133	13.809	475.942
Postalis - PBD	273.595	202.347	475.942
CorreiosSaúde	188.538	(188.538)	-
B - Ganhos/perdas sobre investimentos e	6.628	(26.564)	(19.936)
Ganhos/perdas - outras aplicações	7.284	(29.192)	(21.908)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas em	(656)	2.628	1.972
C - Ganhos - propriedades para investimento	-	312.896	312.896
Ganho - valor justo - propriedades para	-	343.842	343.842
Tributos diferidos sobre ganhos	-	(30.946)	(30.946)
<b>TOTAL (A+B+C)</b>	<b>(5.082.140)</b>	<b>146.391</b>	<b>(4.935.749)</b>

### 17.5 - Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado ao final de 2020 é de R\$ 859.182, tendo em vista a absorção do lucro líquido do exercício de R\$ 1.530.376, conforme estabelece o artigo 189 da Lei nº 6.404/1976, à realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 24.870 e à perda de propriedades para investimento (adoção inicial) no total de R\$ 2.054. O prejuízo acumulado até 2019 era de R\$ 2.412.374.

## NOTA 18 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### 18.1 - Receita líquida de vendas e serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com administrações postais e Empresas.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/20	31/12/19
Receita bruta de vendas e serviços	17.963.561	19.104.605
Receitas nacionais	16.730.544	18.183.679
Receitas internacionais	1.233.017	920.926
(-) Deduções	(714.511)	(748.528)
(-) Impostos	(695.954)	(722.944)
(-) Descontos incondicionais	(17.113)	(22.812)
(-) Receitas canceladas	(1.444)	(2.772)
<b>TOTAL</b>	<b>17.249.050</b>	<b>18.356.077</b>

O quadro a seguir detalha receita bruta por segmento.

RECEITA BRUTA DE VENDAS/SERVIÇOS	31/12/20	Part.(%)	31/12/19	Part.(%)
Encomenda	9.925.418	55,3%	9.103.103	47,6%
Mensagem	5.508.122	30,7%	7.360.135	38,5%
Internacional	1.233.017	6,9%	920.926	4,8%
Marketing	431.734	2,4%	485.111	2,5%
Logística	335.828	1,9%	429.471	2,2%
Malote	240.605	1,3%	369.978	2,0%
Conveniência	177.085	1,0%	215.935	1,2%
Serviços financeiros	56.698	0,3%	184.713	1,0%
Outros	55.054	0,2%	35.233	0,2%
<b>TOTAL</b>	<b>17.963.561</b>	<b>100,0%</b>	<b>19.104.605</b>	<b>100,0%</b>

A situação mundial e do Brasil passou por uma mudança significativa de perspectivas desde que a epidemia do novo coronavírus, inicialmente circunscrita a uma região da China, adquiriu caráter global, transformando-se numa pandemia. O impacto econômico inicial, até meados de fevereiro, ocorreu principalmente no país de origem, porém rapidamente estendeu-se aos mercados financeiros mundiais. O aceleramento do contágio fez com que quase todos os países adotassem medidas de isolamento social.

Com as lojas físicas fechadas, por conta da pandemia, muitas pessoas recorreram às compras online, e com isso, foi possível observar um crescimento mais acelerado nas receitas do segmento de encomendas de 9,0%, que representa R\$ 822.315, em relação ao mesmo período de 2019.

A preferência dos usuários pelos canais digitais, tendência reforçada pela pandemia, também vem ocasionando a desmaterialização da mensagem e consequente redução no tráfego e receita do segmento, conforme verifica-se no quadro que evidencia o comportamento dos segmentos das receitas.

### 18.2 - Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES**

<b>CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/19</b>
Pessoal	(8.238.741)	(9.988.753)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefício)	(7.413.635)	(8.102.773)
Saúde	(825.057)	(1.588.016)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD	(49)	(13.664)
Incentivo Financeiro - PDV/2019	-	(284.300)
Remuneração de AGF	(1.911.520)	(1.799.913)
Transporte de malas e malotes	(1.592.182)	(1.610.487)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	(1.048.933)	(1.012.474)
Aluguéis	(137.619)	(201.745)
Utilidades	(317.397)	(324.726)
Material e produtos	(250.433)	(218.745)
Depreciação e amortização	(389.704)	(400.910)
Bens de direito de uso - CPC 06(R2)	(208.490)	(150.072)
Demais bens	(181.214)	(250.838)
Internacionais	(61.028)	(64.154)
Impostos, taxas e contribuições	(20.561)	(19.898)
<b>TOTAL</b>	<b>(13.968.118)</b>	<b>(15.641.805)</b>

### **18.2.1 - Pessoal**

O decréscimo das despesas de pessoal de 2020 em relação a 2019 deve-se, principalmente: à alteração do custeio do plano de saúde que em 2019 era distribuído na proporção de 70% para os Correios e 30% para os empregados e que a partir de 2020 passou a ser paritário, à redução das despesas de pessoal em razão do PDV realizado em 2019 e ao Dissídio Coletivo julgado em 21 de setembro de 2020.

### **18.2.2 - Aluguéis**

A diminuição das despesas de aluguéis foi ocasionada, principalmente, pela adoção inicial do Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

### **18.3 - Despesas com vendas/serviços**

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda.

<b>DESPESAS COM VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/19</b>
Provisão de perdas	(126.830)	(34.603)
Remuneração de unidades terceirizadas	(64.356)	(79.825)
Perdas	(42.365)	(3.389)
Multas contratuais de clientes e outros	(3.997)	(886)
Propaganda, publicidade e patrocínio	(1.744)	(4.184)
<b>TOTAL</b>	<b>(239.292)</b>	<b>(122.887)</b>

### **18.3.1 - Provisão de perdas**

O acréscimo na rubrica, deve-se à constituição de perda para saldos a receber de longa data das contas internacionais.

### **18.3.2 - Perdas**

A oscilação no saldo refere-se realização da perda de faturas.

### **18.4 - Despesas gerais e administrativas**

Correspondem aos gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

DESPESAS COM VENDAS E SERVIÇOS	31/12/20	31/12/19
Pessoal	(1.956.072)	(2.026.566)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefício)	(1.953.552)	(1.959.976)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD	(2.520)	(8.757)
Incentivo Financeiro - PDV/2019	-	(57.833)
Precatórios	(348.379)	(355.806)
Contingências	(247.299)	(109.684)
Pós-emprego	(81.210)	(37.381)
Depreciação/amortização	(52.555)	(82.885)
Constituição/reversão de provisão para perdas	(30.988)	(30.358)
Perdas	(7.805)	(11.776)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros	(2.154)	(2.117)
Impostos, taxas e contribuições	(1.428)	(1.405)
Acordo judicial	(13)	(2.057)
Provisões - CorreiosSaúde	-	(78.519)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.727.903)</b>	<b>(2.738.554)</b>

#### 18.4.1 - Contingências

O aumento nas despesas de contingências foi ocasionado pela revisão dos riscos atribuídos aos processos pela área jurídica em atendimento às novas diretrizes de provisionamento aprovadas pela Administração.

#### 18.5 - Resultado de participação em controlada

O montante de R\$ 9.190 registrado em 2019 corresponde ao prejuízo apurado pela CorreiosPar.

#### 18.6 - Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	31/12/20	31/12/19
Reversão - Provisão de Benefício Pós-Emprego	1.123.860	148.072
Multas aplicadas a fornecedores	150.808	51.413
Reversão - PECLD	47.023	18.601
Multas aplicadas a clientes	23.982	27.718
Taxa mensal de franquia - AGF	19.102	18.031
Reversão - <i>Impairment</i>	13.545	5.301
Despesas recuperadas	8.994	16.923
Taxa inicial de franquia - AGF	8.704	22
Outras reversões de provisões	6.296	-
Recuperação de perda - REFIS	2.478	1.095
Lucro na alienação de bens	551	1.807
Reversão - Provisões para contingências	29	50.943
Outros	7.281	17.958
<b>TOTAL</b>	<b>1.412.653</b>	<b>357.884</b>

#### 18.6.1 - Reversão - Provisão de Benefício pós-emprego

Corresponde, principalmente, a reversão parcial da obrigação de benefício pós-emprego saúde.

#### 18.7 - Outras despesas operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/20	31/12/19
Desreconhecimento - imunidade tributária - PIS/COFINS	(707.139)	-
Prejuízos na alienação de bens	(6.542)	(10.170)
<b>TOTAL</b>	<b>(713.681)</b>	<b>(10.170)</b>

#### 18.7.1 - Desreconhecimento - imunidade tributária - PIS/COFINS

O desreconhecimento deve-se ao fato de que, em que pese o mérito ser classificado como "praticamente certo o provável ganho" pelos assessores jurídicos contratados, e que as Leis do PIS e da COFINS que regem o regime de apuração não-cumulativo, citarem explicitamente que esta sistemática não se aplica ao ente imune a impostos, não é possível, nesse momento, determinar a certeza de realização desse ativo, frente ao atual estágio que se encontra a referida discussão judicial, e as dificuldades operacionais a serem superadas para que a ação judicial transite em julgado.

#### 18.8 - Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS	31/12/20	31/12/19
Variação cambial	589.540	207.842
Rentabilidade de aplicações financeiras	30.395	55.544
Receita de juros	23.876	90.686
Variação monetária	9.477	20.470
Receitas de descontos	7.625	5.046
Pagamento a valor presente	4.378	6.776
Outras	467	1.153
<b>TOTAL</b>	<b>665.758</b>	<b>387.517</b>

#### 18.8.1 - Receita de variação cambial

O aumento na rubrica deve-se, principalmente, a valorização do DES (Direito Especial de Saque - moeda utilizada nas relações postais internacionais) de 2020 em relação a dezembro/2019.

#### 18.8.2 - Receita de juros

A queda na receita de juros deve-se ao desreconhecimento da imunidade tributária - PIS/COFINS em 2020, e a atualização, em 2019, dos valores referentes aos pedidos de restituição de INSS, COFINS, IR e CSLL.

#### 18.9 - Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS	31/12/20	31/12/19
Variação cambial	(232.187)	(177.420)
Juros	(155.787)	(119.166)
Juros a transcorrer - bens de direito de uso - CPC 06 (R2)	(154.983)	(118.235)
Demais	(804)	(931)
Apropriação/atualização - AVP	(71.185)	(89.689)
Encargos - financiamento da dívida interna (juros e IOF)	(30.505)	(55.911)
Taxa administrativa - cartão de crédito	(7.964)	(7.901)
Multas	(5.790)	(8.263)
Despesas bancárias	(4.081)	(4.912)
Perdas nas aplicações financeiras	(121)	(13)
Notificação de infração	(117)	(710)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

DESPESAS FINANCEIRAS	31/12/20	31/12/19
Outros	(2.492)	(2.634)
<b>TOTAL</b>	<b>(510.229)</b>	<b>(466.619)</b>

### 18.9.1 - Encargos - financiamento da dívida interna

O decréscimo tem origem na redução da despesa com a atualização da dívida com o empréstimo e distrato com o Banco Postal (quitado em 2019), tendo em vista as amortizações de saldo dos referidos passivos.

### NOTA 19 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Amparada pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, a Empresa, imune ao IRPJ, apura apenas a CSLL à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, considerando a compensação de bases negativas.

No exercício de 2020, a Empresa apresenta cenário de lucro fiscal, gerando uma despesa corrente no valor R\$ 34.642. Já o tributo diferido está representado por saldo credor de R\$ 396.780 que diz respeito em sua maior parte à constituição de ativos e passivos fiscais diferido detalhados nas [notas 19.1](#) e [19.2](#).

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	31/12/20	31/12/19
Resultado antes do JSCP	1.168.238	112.253
(+/-) Ajustes Lei 12.973/2014	(75.416)	32.452
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.092.822	144.705
Efeito do IRPJ e CSLL - alíquota vigente	(98.354)	(13.023)
Efeito sobre as diferenças permanentes	(3.028)	(4.284)
Efeito sobre as diferenças temporárias	51.945	(516)
Adições	(733.900)	(847.870)
Exclusões	785.845	847.354
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal	(49.437)	(17.823)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	14.795	5.247
IRPJ e CSLL correntes	(34.642)	(12.576)
CSLL diferida	396.780	2.444
Reversão de ativo fiscal diferido sobre ajustes de RTT	(1.144)	(477)
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	(7.682)	2.921
Realização de ativo de CSLL sobre diferença temporárias	225.029	-
Reversão do ativo de CSLL sobre base negativa	180.577	-
<b>TOTAL</b>	<b>362.138</b>	<b>(10.132)</b>

### 19.1 - Tributos diferidos

#### 19.1.1 - Tributos diferidos ativos

Em conformidade ao disposto no CPC 32 - Tributos sobre o lucro, a Empresa apresenta ativos fiscais diferidos reconhecidos no resultado calculados a partir das diferenças temporárias, Saldo Negativo de CSLL, e de ajustes da Lei nº 12.973/2014 (*impairment* e depreciação). No patrimônio líquido foram reconhecidos o ativo fiscal diferido sobre os outros resultados abrangentes e sobre despesas em apuração do resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	31/12/19	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	31/12/20
A - Sobre as movimentações	4.237	405.606	(1.144)	408.699
<i>Impairment</i> - terrenos	44	-	(30)	14
<i>Impairment</i> - prédios	4.064	-	(1.114)	2.950
Depreciação - custo atribuído	129	-	-	129
Provisões e perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-	225.029		225.029
Bases negativas de CSLL	-	180.577		180.577
B - Sobre a movimentação reconhecida em outros resultados abrangentes	462.133	204.866	(188.538)	478.461
Benefício pós-emprego plano saúde	188.538	-	(188.538)	-
Benefício pós-emprego Postalís BD	273.595	202.347	-	475.942
Perdas - aplicações VJORA	-	2.519	-	2.519
C - Sobre a movimentação em apuração do resultado do exercício	-	203	-	203
Perdas a Valor Justo - Propriedades p/Investimento		203		203
<b>TOTAL</b>	<b>466.370</b>	<b>610.675</b>	<b>(189.682)</b>	<b>887.363</b>

No exercício de 2020, foram constituídos R\$ 225.029 apurados a partir das diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável. Esta diferença ocorre, por conta de um descompasso entre expectativas e premissas estimadas de realização das despesas registradas para fins de apuração contábil em relação aos valores de despesas tributárias decorrentes da aplicação da legislação tributária que determina a dedução (ou não) das despesas e/ou custos e a tributação (ou não) de receitas.

O valor R\$ 180.577 foi constituído sobre as bases negativas de CSLL dos exercícios de 2016 e 2017, apurado a partir das premissas estabelecidas nas regras tributárias que admitem que o lucro tributável do período atual pode ser compensado com base negativa de CSLL de exercícios anteriores.

Uma parcela da CSLL diferida decorre dos ajustes da Lei n° 12.973/2014 reconhecida no resultado de 2014 e revertidos no exercício de 2020 em decorrência de *impairment* e depreciação.

A CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

Decorrente do reconhecimento das perdas apuradas na adoção inicial da mudança facultativa da política de avaliação das propriedades para investimentos conforme preceitua o CPC 28, constituiu-se a CSLL diferida a partir dos registros realizados na apuração de resultado do exercício.

Os Correios, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estimam que os créditos tributários ativos de CSLL calculados a partir das movimentações temporárias e do saldo negativo de CSLL, serão realizados em até 10 anos, uma vez que a expectativa de lucros para os próximos 10 exercícios, supera o valor atualmente registrado de R\$ 405.606, conforme demonstrado a seguir:

ESTIMATIVA DO LUCRO TRIBUTÁVEL FUTURO SUPORTE PARA A REALIZAÇÃO DO ATIVO FISCAL DIFERIDO DE CSLL	RESULTADO FISCAL A VALOR PRESENTE	SUPORTE DE REALIZAÇÃO 9% DO LUCRO FISCAL
2021	835.926	75.233

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES

ESTIMATIVA DO LUCRO TRIBUTÁVEL FUTURO SUPORTE PARA A REALIZAÇÃO DO ATIVO FISCAL DIFERIDO DE CSLL	RESULTADO FISCAL A VALOR PRESENTE	SUPORTE DE REALIZAÇÃO 9% DO LUCRO FISCAL
2022	1.334.887	120.140
2023	1.318.242	118.642
2024	1.349.964	121.497
2025	1.438.794	129.491
2026	1.652.424	148.718
2027	1.786.096	160.749
2028	1.953.778	175.840
2029	2.130.060	191.705
2030	2.321.038	208.894
<b>TOTAL</b>	<b>16.121.209</b>	<b>1.450.909</b>

As estimativas de lucro tributável são baseadas em premissas projetadas pelas áreas geradoras de receitas e despesas, nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e aprovado pela Alta Gestão. O saldo de tributos diferidos ativos é revisado no final de cada exercício, sendo ajustado ou baixo conforme estudo de projeção de lucros futuros.

#### 19.1.2 - Tributos diferidos passivos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios e sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado, da propriedade para investimento e de ativos não circulantes mantidos para venda. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

Representa também a CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

A Empresa registra apenas os valores referentes ao passivo fiscal de CSLL diferida, por ser considerada ente imune a impostos, conforme art. 150, VI, "a", da Constituição Federal.

TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/19	CONSTITUIÇÃO	REALIZAÇÃO	31/12/20
A - Das movimentações diferidas no PL	419.784	30.946	(88.787)	361.943
Ajuste de Avaliação Patrimonial - custo atribuído	419.128	-	(88.677)	330.451
Ajuste de ganho em investimentos - VJORA	656	-	(110)	546
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	-	30.946	-	30.946
B - Das diferenças temporárias - Lei nº 12.973/2014	37.906	7.682	-	45.588
Depreciação de bens operacionais	37.906	7.682	-	45.588
<b>TOTAL</b>	<b>457.690</b>	<b>38.628</b>	<b>(88.787)</b>	<b>407.531</b>

TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/20	31/12/19
CSLL diferida - mantidos para venda	-	12.920
CSLL diferida	407.531	444.770
<b>TOTAL</b>	<b>407.531</b>	<b>457.690</b>

#### NOTA 20 - SEGURO DOS BENS

Os Correios não mantêm política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos centros de distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto o imóvel discriminado a seguir, que está coberto por seguro contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

SEGURO DOS BENS	SEGURADORA	VALOR SEGURADO	VIGÊNCIA
Edifício Sede	Generali Brasil Seguros S.A	362.222	De 08/06/20 a 08/06/21
<b>TOTAL</b>		<b>362.222</b>	

## NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis de 2020, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

ENTIDADE	RELACIONAMENTO	NOTAS
União	Controladora	
Postal Saúde - Caixa de assistência e saúde dos empregados dos Correios	Patrocinada/Mantida	<a href="#">11.1</a> e <a href="#">16.11</a>
Postalis - Instituto de seguridade social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	<a href="#">16.2</a> , <a href="#">16.3</a> e <a href="#">16.5.2</a>

### 21.1 - Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

#### 21.2 - Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora - Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado nos quadros das [notas 11.1](#) e [16.11](#).

#### 21.3 - Transações com o Postalis

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As [notas 16.2](#), [16.3](#) e [16.5.2](#) apresentam as transações ocorridas com o Postalis.

#### 21.4 - Remuneração do pessoal chave da Administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

Remuneração do pessoal chave da administração (anual) - 2020	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Salários e benefícios	3.954	357	151	266

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
R\$ MILHARES**

Remuneração do pessoal chave da administração (anual) - 2020	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Encargos sociais	1.158	11	9	50
Previdência complementar	188	1	-	-
Remuneração total	5.300	369	160	317
Número de membros	7	7	3	3

Remuneração do pessoal chave da administração (anual) - 2019	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Salários e benefícios	3.279	334	160	323
Encargos sociais	687	24	-	22
Previdência complementar	164	1	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício no cargo	320	-	-	-
Remuneração total	4.450	358	160	345
Número de membros	7	7	3	3

## NOTA 22 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

Remuneração de empregados e dirigentes	2020	2019
Menor remuneração <sup>1</sup>	1.327	1.363
Maior remuneração	52.619	52.619
Remuneração média	4.266	4.120
Dirigentes		
Presidente	52.619	52.619
Diretores	45.847	45.847
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.496	4.496
Conselho de Administração	4.496	4.496
Comitê de Auditoria	8.992	8.992

<sup>1</sup>A menor remuneração em 2019 foi impactada pela implantação da jornada reduzida.

## NOTA 23 - EVENTOS SUBSEQUENTES

### 23.1 - Plano de Desligamento Incentivado - PDI

Em dezembro de 2020 foi lançado o Plano de Desligamento Incentivado (PDI 2020/2021) cujas adesões e desligamentos ocorrerão em 2021. Por ser um ato administrativo discricionário, que poderia ser revisto antes da produção dos seus efeitos, os impactos do Plano serão divulgados nas demonstrações contábeis do exercício de 2021.

Essa iniciativa está alinhada ao programa estratégico de gestão de pessoas que prevê a adequação da força de trabalho às novas demandas internas mediante ações de reenquadramento de empregados, extinção consensual do contrato de trabalho, transferência de empregados de unidades com efetivo superavitário para unidades com efetivo deficitário, entre outras, com o objetivo de contribuir para o aumento da produtividade operacional e redução de custos.

A estimativa é que sejam realizados 6.297 desligamentos totalizando uma despesa com o PDI em 2021 de R\$ 721.607.

### 23.2 - Programa Nacional de Desestatização (PND)

Em 14 de abril de 2021 foi publicado o decreto no qual os Correios foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização (PND). A inclusão da Empresa foi recomendada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) em reunião ocorrida em março de 2021, após a primeira fase dos estudos para a desestatização.

A segunda fase dos estudos segue ao longo de 2021 sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e detalhará o modelo de desestatização aprovado pelo CPPI de alienação de controle societário (venda de parcela majoritária das ações e transferência do controle para o privado) em conjunto com a concessão dos serviços postais universais. A desestatização dos Correios depende ainda da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei 591/21 que quebra o monopólio e regulamenta a abertura do setor postal à iniciativa privada.

Em 20 de abril de 2021 a Câmara aprovou o regime de urgência para o Projeto de Lei 591/21 - que permite acelerar a análise do texto.

Floriano Peixoto Vieira Neto  
Presidente

Danilo Cezar Aguiar de  
Souza  
Diretor de Administração

Heronides Eufrásio Filho  
Diretor de Gestão  
de Pessoas

Celso José Tiago  
Diretoria de Governança

Alex do Nascimento  
Diretoria de Negócios

Carlos Henrique de Luca  
Ribeiro  
Diretoria de Operações

Heglehyschynton Valério  
Marçal  
Diretoria de Gestão  
Estratégica, Tecnologia e  
Finanças

Hudson Alves da Silva  
Contador - CRC/DF  
014.022/O-9

